

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

João Batista Tabosa Junior

**INFORMALIDADE: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA ECONOMIA DE
CARUARU.**

Caruaru

2013

João Batista Tabosa Junior

**INFORMALIDADE: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA ECONOMIA DE
CARUARU.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Pernambuco-
Centro Acadêmico do Agreste como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Diogo de Carvalho Bezerra

Caruaru

2013

João Batista Tabosa Junior

**INFORMALIDADE: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA ECONOMIA DE
CARUARU.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Caruaru, 09 de outubro de 2013.

Aprovado em: 09/10/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^vDiogo de Carvalho Bezerra
Orientador

Prof.^a Rosa Kato
Avaliadora

Prof.^a Bruna Rodrigues Fiori^v
Avaliadora

DEDICATÓRIA

A minha família e em especial ao meu saudoso pai, João Tabosa (in memória).

AGRADECIMENTOS

Aos meus maiores incentivadores, minha mãe, D. Iracema e meu pai, Seu João Tabosa (in memória), que deve está radiante em alguma estrela lá no céu;

A minhas irmãs, Kilma e Kiara pela parceria em todos os momentos;

A minha sobrinha linda, Sophia Mila, que sempre insistiu que eu fizesse minhas tarefas;

A todos os professores do Curso de Economia do CAA em especial: André Martins, Luiz Honorato, Marcos Góis, Anderson Saito, Luiz Raton, Glaudionor Barbosa, Ana Paula, Márcio Miceli, Maurício Assuero, Lucilena Castanheira, Carlos Amorim, Sônia Gomes, André Leite,

Roberta Rocha, Cardim e Ana Isabel, por partilhar uma infinidade de conhecimentos;

Ao meu orientador Diogo Bezerra, pela amizade e confiança em realizar este trabalho;

Ao meu parceiro Bruno Beserra, que desde o primeiro período foi um exemplo de amizade, parceria e solidariedade;

Ao monitor (baixinho) José Ewerton, pelas inúmeras ajudas e paciência;

A minha amiga Morgana Giorgia, por todas as dicas e incentivos durante todo curso;

As minhas amigas, companheiras: Lucineide Alves, Dani Santos, Keyla Costa, Juliana Nataly, Camilinha Gomes, Renata Araújo, Ruana Damásio, Josefa Araújo, Roberta Monique, Roberta

Fernandes, Aline Richeli, Bruna Bezerra, Jal Farias, Juliana Andrade, Claudia Cesar, Kayse

Rodrigues, Mayara Soares, Anne Katarine, Cassinha, Dani Brito, Aline, Dani Branco,

Kokinha, Edja e Érica... por partilharmos alegrias, ansiedades, expectativas e sucessos;

Aos meus prezados amigos, companheiros: Jamson Mococa, Inácio Neto, Charles Lacerda,

Renato Chaves, Luiz Felipe, Júlio Viana, Sérgio Casé, Bruno Tadeu, Renato Pereira, Thiago

Alves, Klebson Moura, Pedro Buguinha, Fred Barbieri, Julian Teixeira, Thiago Guttiering,

Giovane Magno, Leo Oliveira... pela consideração dos mais chegados;

A todos(as) os(as) demais colegas das turmas (que foram muitas) ao longo dos 6 anos e meio do curso ;

A meu amigo André Torres Jr, pela força, incentivo e paciência.

A Deus, à vida, ao destino que proporcionou que cada um dessas pessoas participassem dessa história e da vitória, que não foi fácil.

Que venha o próximo desafio!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da economia informal, destacando a informalidade no trabalho recorrente na economia do município de Caruaru, tendo como referência a proporção de formalidade no Estado de Pernambuco. Para tanto, uma vasta revisão da literatura faz-se necessário para construção de uma base teórica abrangente capaz de lastrear o desenvolvimento do tema. De forma analítica exploratória, uma série de dados e informações extraídos de estudos e pesquisas de institutos especializados na economia de Caruaru com o intuito de revelar questões positivas e negativas que cercam o assunto em pauta. Por fim, espera-se contribuir para isto através da análise dos resultados obtidos com a aplicação do Modelo de Regressão Beta, cuja estimativa foi considerada satisfatória para o estudo proposto, indicando, entre outros resultados, um grau de informalidade maior no Estado de Pernambuco em relação ao Paraná, a relação negativa do aumento de carga tributária com o nível de informalidade, e ratifica o alto grau de informalidade na economia de Caruaru.

Palavras-chave: Informalidade, trabalho informal, Caruaru.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the informal economy, showing up the informality at work recurrent in the economy of Caruaru, and having like reference the proportion of formality in the State of Pernambuco. Therefore, an extensive literature review it is necessary to build a comprehensive theoretical basis capable to back the theme development. By analytical exploratory way, a series of data and information extracted from studies and research institutes specialized on the economy of Caruaru with the intention to reveal positive and negative issues surrounding the subject in question. Finally, it is expected to contribute to this trough the analysis of the results obtained with the application of Beta Regression Model, whose estimation was considered satisfactory for the proposed study, indicating, among other results, a biggest degree of informality in Pernambuco State compared with the Paraná, the negative relationship of increased tax burden to the level of informality, and confirms the high degree of informality in the economy of Caruaru.

Keywords: Informality, informal work, Caruaru.

Código JEL – J21 – J23 – J29 - J31.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – INFORMALIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS.	14
1.1 Causas e consequências da informalidade.....	18
1.2 Os caminhos da mensuração da informalidade	23
CAPÍTULO 2 – ECONOMIA CARUARUENSE E A INFORMALIDADE.....	28
2.1 Contextualização atual: informalidade e economia local.	37
2.2 A informalidade e a economia brasileira	39
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS E DADOS ESTATÍSTICOS.....	43
3.1 METODOLOGIA.....	43
3.1.1 Modelo de Regressão Beta	45
3.2 RESULTADOS	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	49
ANEXOS.....	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Origem dos produtos (confeções) vendidos na Feira da Sulanca.....	30
Figura 2 - Destino dos produtos (confeções) comercializados na Feira da Sulanca.....	30
Figura 3 - Destino da confecção produzida pelas empresas formais de Caruaru.....	31
Figura 4 - Destino da confecção produzida pelas empresas informais de Caruaru.....	32

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Centro comercial de Caruaru na década de 1960 – Feira de Caruaru.....	28
Fotografia 2 - Parque 18 de maio – Espaço das principais feiras de Caruaru 2010.....	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de atividade e desocupação 18 ou mais de idade - 2010.....	36
Gráfico 2 - Estratificação por nível de escolaridade da população adulta de Caruaru (25 anos ou mais de idade).....	37
Gráfico 3 - Taxa de Formalização - % de empregados com carteira de trabalho sobre o total de ocupados.....	40
Gráfico 4 – Estoque de empregos formais e evolução do estoque de emprego- Brasil 209 a 2011 (2009=100).....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo das possíveis causas da economia subterrânea, segundo Tanzi.....	19
Quadro 2 - Impactos da informalidade.....	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização territorial e demográfica de Caruaru.....	33
Tabela 2 - Dados socioeconômicos (I) de Caruaru.....	34
Tabela 3 - Dados socioeconômicos (II) de Caruaru.....	35
Tabela 4 – Taxa de Desemprego e de Informalidade do Brasil.....	41
Tabela 5 – Estatística Descritiva das Principais Variáveis.....	45

Tabela 6 – Resultados econométricos do Modelo de Regressão Beta.....	47
Tabela 7 - Previsão de percentual de informalidade de alguns municípios do Estado de Pernambuco (em %).....	47

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1- Previsão de percentual de informalidade dos municípios do Estado do Paraná (em %).....	52
Anexo 2- Previsão de percentual de informalidade dos municípios do Estado de Pernambuco (em %).....	61.

INTRODUÇÃO

Na sua forma mais incipiente, pode-se pensar a informalidade tão antiga quanto à forma mais primitiva dos próprios mercados. Até o aparecimento da figura “governo” que remete a algum tipo de regulamentação, tributação sobre determinado espaço da economia ou ela como um todo, o fenômeno “informalidade” sempre esteve presente em maior ou menor grau na dinâmica das economias no mundo.

“Não há como ter muitas certezas sobre um fenômeno que, por definição não se dá às claras” (TANZI, 2009), reflete a percepção implícita de como o tema é contextualizado no meio acadêmico e fora dele. Ao longo da cronologia histórica dos estudos sobre este fenômeno, os debates, as divergências são reconhecidamente fomentadores de novos estudos vislumbrando elucidar pontos não convergentes, desde o conceito, a terminologia até mensuração e políticas aplicadas capazes de minimizar impactos negativos da informalidade sobre a economia e sociedade.

Alguns paradigmas, válidos a sua época, foram superados, em função da velocidade empreendida pela economia global, influenciada pela dinâmica própria de cada país e ainda de setores e regiões mais específicas. As mudanças no modo de produção nos últimos 40 anos, as crises econômicas em vários níveis, avanço tecnológico, a globalização, compõem o ambiente extremamente heterogêneo que consolida as diversificadas formas de análise do tema.

A informalidade no trabalho é uma das formas mais estudadas e não menos complexas por ser lastreada por fatores que divergem conforme o interesse das partes envolvidas na análise. No entanto, é primordial que se tenha como prioridade o interesse de identificar possíveis impactos positivos nessa “falha” da economia, assim como reverter ou minimizar as consequências negativas econômicas sociais, cujos custos oneram a todos de forma silenciosa e no médio e longo prazo provocam prejuízos irreversíveis.

A economia caruaruense, em particular, estimula o estudo da informalidade no sentido de que a cidade polariza, além da interna, uma economia regional pujante nos últimos 20 anos, principalmente em um ramo de atividades, indústria e comercialização de confecções, que agrega uma infinidade de negócios em torno dela com efeito disseminador. No entanto, pelas características próprias do setor, pela origem história da economia do município e região, o grau de informalidade é acentuado.

Considerando esse contexto, este trabalho objetiva aprofundar a análise da informalidade na economia do município de Caruaru, buscando identificar aspectos positivos e pontos negativos, capazes de contribuir na formulação de sugestões que propiciem benefícios de ordem econômica e/ou social, respeitando os níveis de regulamentações e políticas às quais pertencem os setores envolvidos.

Para alcançar o objetivo em foco, além desta introdução, este estudo é composto de três capítulos. No capítulo 1, faz-se uma revisão bibliográfica na literatura específica do assunto, onde se procura detalhar o caráter histórico que norteia o tema, mostrando a diversidade de terminologias e conceitos, sobreposições e divergências das características identificadas em pesquisas e estudos consagrados de acordo com as interpretações e interesses dos autores. Com a mesma profundidade, elencam-se as consequências apontadas em diversos níveis e setores da economia, as formas de mensuração qualitativa e quantitativa, já testadas destacando as críticas às principais formas.

O capítulo 2 propõe um levantamento histórico da economia caruaruense, enfatizando o mercado “feira”, característica nata do município, onde desde sua origem tem uma presença acentuada da informalidade, caracterizando um traço cultural marcante. Na sequência, é feita a caracterização do município, enriquecida por uma série de dados socioeconômicos, gráficos e tabelas, preferencialmente, relativos ao ano de 2010, ou próximo a ele, que permitem uma visão abrangente da economia de Caruaru. Finalizando esta seção, uma abordagem sobre a informalidade do referido período de Caruaru e considerações sobre o tema, no Brasil.

No capítulo 3, tem-se o levantamento empírico, cuja metodologia dar-se-á pela aplicação de um Modelo de Regressão Beta, com variáveis correspondentes a dados obtidos dos municípios dos estados de Pernambuco e Paraná. O objetivo é conhecer uma proporção de informalidade da população estudada. Como resultado, analisar as respostas das variáveis escolhidas e derivar uma projeção da informalidade caruaruense, dados os resultados estimados pelo modelo para o estado de Pernambuco.

Finalizando o presente trabalho, tem-se a apresentação das considerações finais, situando-se os resultados obtidos com a teoria apresentada e as ponderações diante da proposição inicial que fomentou este estudo.

CAPÍTULO 1 – INFORMALIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS.

A informalidade passou a ocupar, no *ranking* dos fenômenos econômicos, um lugar de destacado interesse por parte dos pesquisadores e estudiosos em uma vasta literatura, relativamente recente (mais incisivamente nos últimos 40 anos), que procura alinhar conceitos, causas, impactos, mensuração, contribuindo efetivamente para formulação de políticas específicas e regulação por parte dos governos e mercados.

Pela complexidade do tema, diversidade de interpretações, fatores que o compõe, suas relações com o mercado, governo e a sociedade como um todo, há uma tendência de não convergência nos estudos já desenvolvidos. O primeiro pesquisador a utilizar o termo “economia informal” foi Keith Hart (1970, 1973), para analisar o mercado de trabalho informal em Gana, seguido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, em estudos também do mercado de trabalho do Quênia. A partir desses novos estudos, a OIT (1972) sugere a seguinte definição¹ para o “setor informal”, na perspectiva do mercado de trabalho urbano:

(...) a maneira de produzir caracterizada por: facilidade de entrada; dependência a recursos nativos; propriedade familiar do empreendimento; pequena escala de operações; intensidade de trabalho e tecnologia adaptada; qualificações (no trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal e mercados não regulados e concorrenciais.

Sendo que a maior parte das atividades no Setor Informal são economicamente eficientes e lucrativas, apesar de pequenas na escala e limitadas por tecnologias simples, pouco capital e falta de vínculos com o Setor Formal. Além disso, esse Setor compreende uma variedade de carpinteiros, pedreiros, alfaiates, negociantes, varejistas e artesões, bem como cozinheiros e motoristas de taxi. (OIT, 1972, p. 503/504 apud CACCIAMALI, 1982, p. 07).

Em meados da década de 1970, a dinâmica de estudos e pesquisas sobre o assunto ganha ênfase, não ficando restrito aos países em desenvolvimento, apesar de nessa informalidade ter um comportamento mais latente e significativo na economia, refletindo as falhas estruturais principalmente no mercado de trabalho e arrecadação de impostos.

A base conceitual sobre “setor informal” dominante no citado período inicial foi bem definido por Cacciamali (1991) apud Ribeiro e Bugarin (2010, p.243), que aponta os dois pontos de vista teóricos que nortearam as análises, a saber: primeiro, um conjunto de atividades econômicas refletido em um processo produtivo onde não se observa uma

¹ Citada em OIT (1972), *Employment, Income and Equality. A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*, Genebra, p. 503/504.

separação entre capital e fatores de trabalho, em geral, desenvolvidos por pequenas unidades com baixa produtividade; um segundo ponto, refere-se a todas as atividades econômicas desenvolvidas fora do alcance regulatório (tributário, trabalhista, institucional, etc.) do Estado.

No arcabouço teórico que nutre o debate em torno do tema informalidade, destaca-se a ideia relacionada às mudanças nas relações produtivas dos países, ou seja, as formas de desenvolvimento e fortalecimento das relações capitalistas de produção nesses territórios, assim como a internacionalização do capital. A evolução da interação entre trabalho, tributos e bem estar social, compõe a base principal dos estudos que envolvem o tema informalidade, cuja tríade já fazia parte dos estudos mais incipientes sobre mercado. Segundo Pochmann (2010):

(...) Um dos principais sinais do compromisso transformador do poder de propriedade privada com sua função social foi o engrandecimento do fundo público, administrado a partir do Estado. Para isso, os proprietários privados passaram a ter que pagar impostos, taxas e contribuições, o que permitiu ampliar a carga tributária em relação ao produto nacional (Produto Interno Bruto – PIB). Até o final do século XIX, o predomínio do Estado mínimo com funções exclusivas relacionadas às forças armadas, justiça, arrecadação tributária e emissão monetária, não implicava o seu financiamento em mais de 10% de carga tributária em relação ao PIB. No século XX, o fundo público cresceu acima de um terço do total do PIB, tendo em vista a passagem do Estado mínimo para o Estado social (bem estar social, previdência, desenvolvimentista) no exercício de novas funções voltadas para universalização da educação, saúde, habitação, cultura, previdência e assistência social, entre outras. Dessa forma, o fundo público constituído com base na tributação, não exclusiva à propriedade privada, terminou se constituindo na propriedade social, sobre a qual o coletivo, não o indivíduo, detém o direito absoluto de posse (...). (POCHMANN, 2010, p. 14).

Historicamente, tornam-se indissociáveis as formas de desenvolvimento e de fortalecimento das relações capitalistas de produção e a força de trabalho excluída desse processo, seja pelo crescimento populacional urbano (êxodo rural, inchaço demográfico das grandes cidades) ou pela incapacidade do circuito produtivo capitalista em absorver a mão de obra excedente nos centros urbanos. A combinação resultante de tal conflito foi a baixa renda, contraposição ao assalariamento, pequena produtividade, o baixo nível produtivo e as más condições de trabalho, o que foi denominado, setor informal da economia. (FORBES, 1989; MACHADO, 1993 apud GONÇALVES e THOMAZ, 2002, p. 02).

Com a eclosão dos novos estudos, principalmente pautados na íntima relação da informalidade com o mercado de trabalho, seguidores da teoria do capital humano² tiveram

² Teoria do Capital Humano tem sua origem ligada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, que teve Theodore W Schultz, professor do departamento de economia da Universidade de Chicago, em meados de 1950, formulador dessa disciplina e da ideia de capital humano. A Teoria, sob a predominância da visão tecnicista,

suas proposições duramente criticadas, assim como as perspectivas de análise das economias de países desenvolvidos que passaram a ter análises mais abrangentes. Concomitantemente, o entendimento da dinâmica da produção nos países em desenvolvimento também passou por transformações, considerando o setor “tradicional” inserido no desenvolvimento econômico, abandonando a ideia de resquícios de uma atividade do passado, integrando um novo desenvolvimento econômico que origina o setor “moderno”. Oliveira (1972), em seus escritos, trouxe à pauta a relação estreita entre informalidade e subdesenvolvimento, particularmente no Brasil, sugerindo um ponto de partida de muitos trabalhos na problemática das ligações entre trabalho informal, desigualdade e sua relação com a acumulação em suas configurações contemporâneas (OLIVEIRA, 1972 apud ARAÚJO, 2011, p. 10).

Cabe um esclarecimento prévio na definição de “economia informal” e “economia subterrânea”, a abrangência natural das expressões, em reunir atividades legais e ilegais³. “Entende-se por atividades legais, em sua essência, aquelas cujas práticas econômicas que são socialmente aceitas, como por exemplo: omissões de renda, propriedade, salário, aluguéis, juros, lucros, permuta de produtos e serviços legais, recebimento de salário desemprego ou de outra forma de seguridade social em que o agente, de fato, não poderia usufruir desse direito. Ao modo que as atividades ilegais compõem-se da comercialização de produtos roubados, da fraude, do contrabando, da produção e da distribuição de drogas e outras atividades afins” (MIRRUS; SMITH, 1997 apud RIBEIRO; BUGARIN, 2010, p. 244). “Atividades não declaradas são aquelas que comercializam bens e serviços legais de forma ilegal com vistas a evadir impostos. Já atividades não controladas ou não contabilizadas são aquelas que por alguma razão não são controladas, não respeitam as regras institucionais em vigor ou cuja participação no PIB não é devidamente registrada” (BARBOSA⁴, 2009, p. 111).

Os termos, informalidade, economia informal, economia subterrânea, economia submersa, não necessariamente são sinônimos perfeitos, porém guardam, sobrepostas, características que os tornam fenômenos que ocorrem na mesma esfera. Para uma discussão ampla acerca do assunto, torna-se imprescindível trazer à luz de uma revisão bibliográfica as

passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um “valor econômico”, numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros “fatores de produção” (das teorias econômicas neoclássicas).

³ As atividades consideradas ilegais, por se tratarem de crimes clássicos e assim de difícil acesso a dados e informações confiáveis serão excluídas do contexto de estudo apreciado neste trabalho.

⁴ Fernando de Holanda Barbosa Filho, Professor da Fundação Getúlio Vargas e Economista do IBRE-FGV, estudioso sobre o tema “economia subterrânea”.

referências que possam contribuir de formas coerentes e embasadas, teoricamente, proporcionando robustez aos argumentos referenciados nos capítulos subsequentes deste trabalho.

Sequenciando as possibilidades de estudos e interpretações do tema informalidade, é conveniente reportar a análise onde alguns autores apontam para um fenômeno diretamente relacionado à organização urbana, “de acordo com as relações econômicas e sociais de determinados espaços, atribuindo uma função que ele desempenha na produção e afirmação social e cultural de uma grande parcela segregada da população das cidades” (GUMIERO, 2009, p. 328). Assim, a autora afirma ainda, que a expansão da economia informal é consequência das alterações provocadas no contexto das mudanças econômicas, sociais e culturais que têm acontecido desde o final do século XX, em nível mundial, os novos hábitos e comportamento dos consumidores, as novas relações de trabalho e de produção, resultante da mundialização, e do desenvolvimento das novas técnicas e tecnologias de produção e informatização.

Alguns dos conceitos mais utilizados na literatura sobre economia informal são: “Todas as atividades econômicas atualmente não registradas são contabilizadas por contribuir com o Produto Interno Bruto oficialmente calculado (observado)”, essa definição é usada, por exemplo, por Feige (1989, 1994), Schneider (1994a, 2003b, 2005, 2007) e Frey e Pommerehne (1984) apud Schineider (2009). Já Smith (1994, p.18), define como “produção de produtos e serviços com base no mercado, seja legal ou ilegal, que escape da detecção das estimativas oficiais do PIB” (SCHINEIDER, 2009). Um conceito mais amplo, defendido por Del’Anno (2003), Del’Anno e Schneider (2004) e Feige (1989), incluem “aquelas atividades econômicas e a renda provenientes dessas que evitam regulamentações governamentais, tributação ou avaliação”(SCHINEIDER, 2009).

Friedrich Schneider⁵ (2009), em seu trabalho, Economia informal na América Latina⁶, define economia informal de maneira mais estreita, dizendo que o fenômeno:

(...) inclui toda a produção de produtos e serviços com base no mercado que é deliberadamente ocultada das autoridades públicas pelas seguintes razões:

1. Evasão fiscal ou benefício fiscal,
2. para evitar pagamento de contribuições à previdência social,
3. para evitar ter de cumprir certos padrões legais do mercado de trabalho, tais como salário mínimo, número máximo de horas de trabalho, padrões de segurança, etc. e/ou,

⁵ Professor de Economia do Departamento de Economia da Johannes Kepler University of Linz, Áustria.

⁶ Título original: Economias subterrâneas nas Américas do Sul e Central como foco específico no Brasil e na Colômbia: o que sabemos?.

4. para evitar estar em conformidade com certos procedimentos administrativos, tais como preencher questionários estatísticos ou outros formulários administrativos.

1.1 Causas e consequências da informalidade

Vito Tanzi⁷ (2009) chama atenção para possíveis diferenças entre economia informal e subterrânea, apontando suas raízes e causas como pontos que as diferenciam, apesar de grande interseção entre as mesmas. Diz ainda que, normalmente, as pessoas não consideram o fato de que antes da formação das economias modernas, as quais contavam com expressiva influência do Estado, as atividades econômicas eram, grosso modo, de caráter informal. Assim, a informalidade era regra, e não a exceção. Em seu estudo, “Economia subterrânea, suas causas e consequências”, o autor classifica em quatro grandes categorias das causas que podem contribuir diretamente para o surgimento da economia subterrânea, a saber: 1) impostos; 2) regulamentações; 3) proibições; e 4) corrupção. O quadro 1, a seguir, apresenta resumidamente os pontos evidenciados sobre cada categoria, segundo o autor:

⁷ Vito Tanzi, Phd em Economia pela Universidade Harvard e consultor sênior do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Quadro 1 - Resumo das possíveis causas da economia subterrânea, segundo Tanzi.

Causas	Considerações
1)Impostos	<ul style="list-style-type: none"> . Estado moderno instituiu impostos pesados e os contribuintes tentam evita-los (“guerra fria” entre Fisco e contribuintes); . Impostos mais relacionados à economia subterrânea são: sobre a renda; sobre o valor agregado; de consumo; sobre seguridade social; sobre comércio exterior; e sobre transmissão de capital; . Alíquotas altas potencializam a evasão fiscal; . Dificuldade em medir o tamanho da economia subterrânea; . Um Fisco eficiente, motivado, bem organizado e bem financiado poderá limitar as migrações entre economia formal e subterrânea; . Na América Latina, os Fiscos de Brasil e Chile, destacam-se positivamente; . Equilíbrio nas penalidades (efeitos discutíveis); . Controle rígido dos níveis de isenções (mudanças temporais); . Custos de conformidade, que são as despesas adicionais aos impostos, arcados pelos contribuintes; . Coadjuvantes aos fatores já mencionados são: fiscais corruptos, moralidade dos contribuintes e qualidade dos gastos públicos. Em maior ou menor grau, influenciam na formação, tamanho e controle da economia formal e subterrânea.
2)Regulamentações	<ul style="list-style-type: none"> . Ferramentas imprescindíveis para política governamental; . Em certos casos, as regulamentações econômicas substituem impostos e gastos públicos para cumprir funções governamentais específicas; . Excesso de regulamentações aumentam custos operacionais e potencializam economia subterrânea; . O Brasil é classificado como um país com alto índice de “restrições burocráticas”, o que, teoricamente, incentiva empresas e indivíduos a ingressarem na economia subterrânea.
3)Proibições	<ul style="list-style-type: none"> . Algumas atividades são permitidas (legalizadas) em alguns países e proibidas em outros. Exemplo clássico, a prostituição; . As principais manifestações de atividades “proibidas” são a produção e comercialização de drogas ilegais, jogo, empréstimos monetários com taxas de juros de usura, vendas de substâncias ilegais e perigosas; . A análise parte do princípio de que o benefício com os altos montantes envolvidos são superiores aos riscos (punições) pela prática de atividades incluídas nas proibições.
4)Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> . Pode ocorrer na esfera política ou burocrática, gerando uma forma de <i>rent-seeking</i> (altas rendas para os envolvidos); . A corrupção pode impactar incisivamente nos preços de mercado, dependendo de sua intensidade e abrangência.

Elaborado a partir de TANZI (2009).

Em linhas gerais, Schneider (2009), sugere considerações teóricas sobre as principais causas para existência da economia subterrânea, que corroboram com as apontadas por Tanzi:

1. Encargos fiscais e de seguridade social;
2. Intensidade das regulamentações;
3. Mudança nas condições do mercado de trabalho e o sistema empregatício;
4. Mudanças nos valores individuais e atitude geral em relação à atividade econômica subterrânea.

O autor destaca, como mudanças nas condições de trabalho, o desejo pessoal de complemento de renda, quando a mesma não condiz com a realidade do trabalhador, levando-o a ingressar na economia subterrânea. Assim como, em tempos de crise econômica com redução da força de trabalho oficial, a queda na oferta de trabalho alimenta o mercado paralelo.

“Sobre mudança nos valores individuais, ressalta que as intervenções para estabelecer o legal e o ilegal não podem estar de acordo com a ideia de moralidade e compreensão de todos sobre justiça” (BESOZZI, 2001 apud SCHNEIDER, 2009). Em suma, as pessoas podem mudar suas opiniões sobre competência das autoridades públicas, credibilidade fiscal e atitude comum sobre as atividades econômicas subterrâneas, o que caracteriza a mudança de valores.

Não se excetuando às divergências conceituais e teóricas acerca do tema, a interação entre as economias formais (registradas) e informais (subterrâneas), não permite traçar marco separatório claro. Assim, é perfeitamente aceitável a visão de que existe uma relação contínua entre as economias. No entanto, de acordo com Naylor (1996) apud Schneider (2009), a porção formal da economia não poderia funcionar de forma eficiente se fosse totalmente separada da porção informal. O autor considera ainda, um estudo feito pela OECD⁸, onde é apontada uma concorrência permanente entre as economias formais e informais. Por outro lado, Lubell (1991) apud Schneider (2009), afirma que as referidas economias são complementares, além de outros autores que sugerem uma inegável influência da economia subterrânea sobre o funcionamento eficiente e o desenvolvimento da economia formal.

Em um estudo sobre informalidade nas relações trabalhistas, Marcelo Neri⁹ (2006), faz um esboço das causas e impactos do fenômeno, particularmente no caso do Brasil, destacando o aumento das alíquotas fiscais nos vários níveis de governo como desencadeador da escalada ascendente da informalidade no mercado de trabalho. O autor sugere um formato de “ciclo vicioso” nas relações de informalidade crescente provocada por encargos sociais crescentes,

⁸ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

⁹ Do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e EPGE/FGV, atual Ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

em descompasso com os benefícios individuais envolvidos e não alcançados. Destaca ainda, que o debate manteve seu foco nos possíveis impactos nas contas públicas, deixando à margem questões como eficiência e equidade.

No mesmo estudo, Neri, elenca, no contexto proposto, os impactos da informalidade, que em linhas gerais, descreveu da seguinte forma: aumento de distorções e ineficiências originadas de comportamento de *rent-seeking*¹⁰, induzindo incertezas sobre a situação fiscal futura¹¹; transferência de renda arbitrária diferidas pelo poder público e a própria sociedade. A título de exemplo, em um regime previdenciário de repartição simples¹², a informalização crescente das relações trabalhistas acompanhada numa situação de envelhecimento da população e de aumento da distribuição de benefícios previdenciários, como a induzida pela constituição de 1988, tende a produzir efeitos redistributivos entre gerações (Oliveira 1994, Oliveira, Beltrão e Ferreira 1998, Neri 1999 e Camarano 1999, 2004 e 2005, apud NERI 2006); o déficit previdenciário gera um grupo de indivíduos desprotegidos em situações ligadas à saúde, maternidade e à velhice.

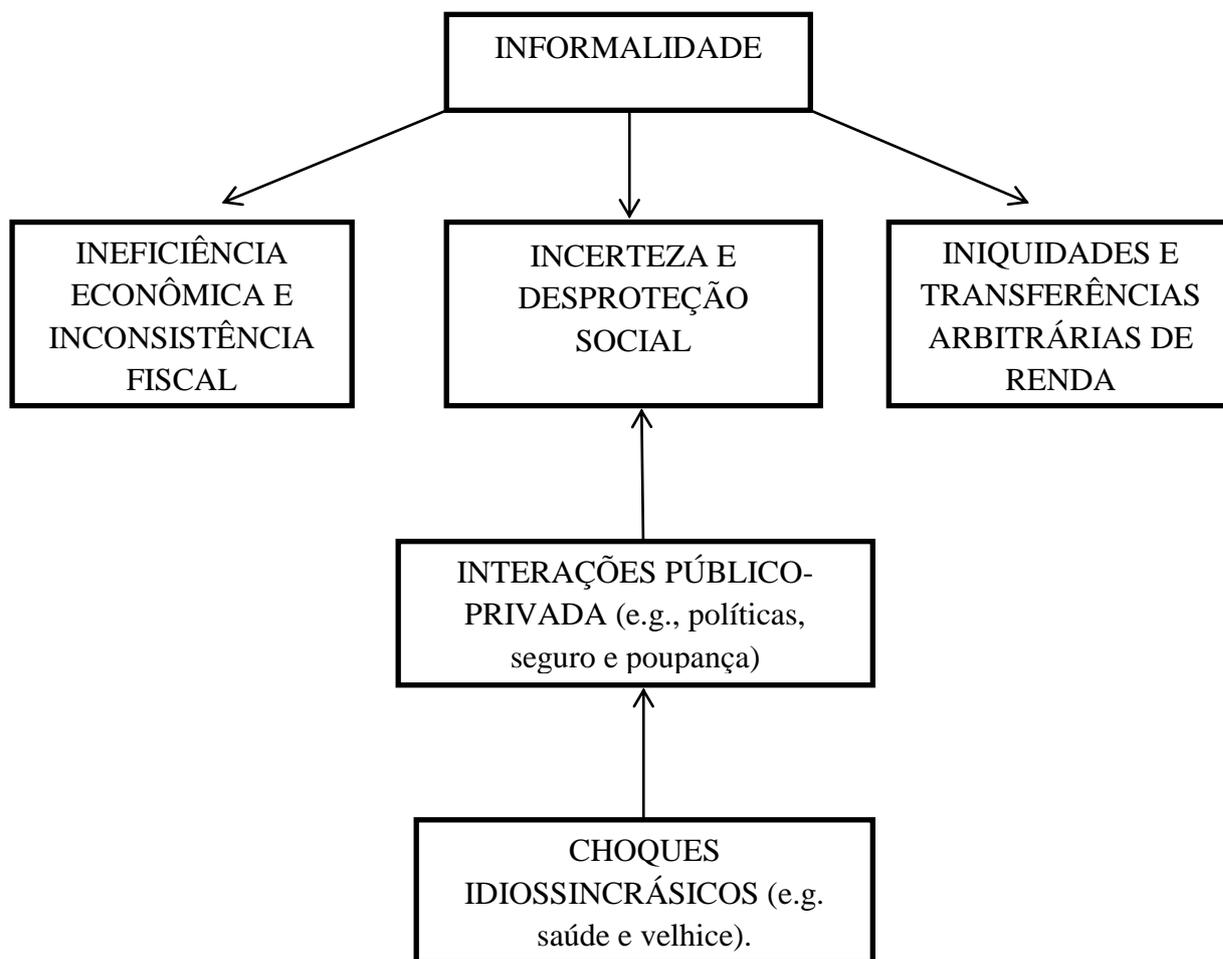
A contrapartida a fim de minimizar tais impactos seria a proteção por conta própria por parte dos indivíduos, inviável para população de baixa renda. Como alternativas de proteção, a poupança prévia e/ou a contratação privada de diferentes modalidades de seguro (contra invalidez, contra problemas de saúde, inclusive com a previsão de auxílio pós-parto, etc.). O Quadro 2 a seguir resume, esquematicamente, os impactos da informalidade crescente defendidos pelo citado autor:

¹⁰ Busca por vantagens pessoais praticadas por agentes econômicos ou políticos que submetem as políticas públicas a seus interesses.

¹¹ Os efeitos paralelos da ocorrência desses dois impactos decorrentes da informalidade lembram características associadas ao processo inflacionário ocorrido no Brasil, em meados da década de 1990.

¹² Funciona em regime de caixa, fazendo com que suas contribuições sejam utilizadas para o pagamento de benefícios dos já aposentados.

Quadro 2 - Impactos da informalidade.



Fonte: Diagrama utilizado por NERI (2006), no trabalho intitulado **INFORMALIDADE**.

Também abordando o tema trabalho informal, Costa (2010), argumenta sobre a importância da busca pelo entendimento sobre economia informal a partir do processo histórico a que cada contexto específico está relacionado (PORTES *et al* (1989) apud COSTA. 2010. p. 180). Longe de ser considerado um “disfarce” para a pobreza, a economia informal, dada a sua heterogeneidade e dinamismo, é fomentadora de elevado nível de renda para muitos empreendedores informais. A partir dessa perspectiva, a abrangência conceitual de pobreza deve ir além do critério renda (ou insuficiência de renda), captando também as condições de consumo ou acesso a serviços (como qualidade de moradia, acesso à educação, políticas de saúde coletiva, em suma, à noção de direitos e cidadania).

No mesmo trabalho, a autora enfatiza a importância do aspecto jurídico-institucional no entendimento da informalidade, particularmente no Brasil e também no tocante à definição do foco de análise, destacando “as diferentes dimensões da vida econômica que põem em questão diferentes categorias de trabalhadores” (SILVA, 1996, p.28 apud COSTA, 2010). No

caso brasileiro, o contraponto apontado ao trabalho informal é o ordenamento que regulou as relações de trabalho¹³ e seguridade social. O paradigma que norteia inclusive as informações estatísticas empíricas baseia-se no entendimento de informalidade como: é informal o que não é regulado “pelas instituições da sociedade em um ambiente legal e social no qual atividades similares são reguladas” (PORTES et al. 1989 apud COSTA. 2010).

1.2 Os caminhos da mensuração da informalidade

As noções teóricas elencadas neste referencial sobre informalidade na composição de conceitos coerentes e robustos capazes de subsidiar o aprofundamento das pesquisas empíricas e avanços teóricos, dadas às mutações temporais e contextuais a que se submete o tema, desembocam em última instância, no problema de mensuração do mercado informal. Problema esse, reflexo da complexidade da interação entre os dois setores (formal e informal), das políticas adotadas ao longo das últimas décadas, da estrutura do mercado interno e sua relação com o mercado mundial.

Vários autores destacam a impossibilidade de tratar os mercados formal e informal isoladamente, atribuindo a coexistência dos mesmos, a fatores ligados ao modo de produção capitalista, atenuados pelo liberalismo econômico no Brasil nos anos de 1990, por exemplo, como pode ser observado nas taxas de informalidade brasileira¹⁴, a partir de 1992 – 53,4%; 1993 – 54,1%; 1995 – 54,3%; 1996 – 53,8%; 1997 – 54,4%; 1998 – 55,0% até 1999 – 55,9%.

Grande parte dos trabalhos sobre o tema tem como principal objetivo: definir medidas qualitativas e quantitativas do setor informal; a importância desse setor para economia do país; e, definir políticas e regulamentações eficientes e eficazes específicas ao tema assim como sua inserção na sociedade.

O trato com os dados empíricos que podem refletir a realidade potencial do mercado informal é o principal agente de combustão para os modelos e estudos nas mais diversas óticas de observação do fenômeno. Existem diversas metodologias (ou métodos) para medir a economia subterrânea, podendo-se dividi-las em dois grandes grupos. As metodologias diretas que partem de um estudo cuidadoso *in loco* para aferi-la, através de amostras da economia

¹³ No caso do Brasil, o “leque” de direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, que contempla pontos individuais como limite à jornada de trabalho, salário mínimo, direito a férias e ao descanso remunerado, 13º salário, entre outros. Assim como, a representatividade coletiva assegurando que os termos do trabalho sejam acordados politicamente entre patrões e trabalhadores, eliminando a livre negociação individual baseada no mercado.

¹⁴ De acordo com o estudo “Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente” (2006, p. 54), citado em Vianna Sapiens, v.1, Edição Especial, outubro/2010, p. 124.

captadas por questionários e pesquisas ou métodos de auditoria fiscal. As metodologias indiretas partem da mensuração de algum efeito da economia subterrânea sobre a economia geral, tentando aferi-la. Nesses casos, a literatura especializada cita: o método das contas nacionais; o método monetário; o método das transações; o método MIMIC (Multiple Indicators Multiple Causes); e o método de insumo físico. Para ilustrar tal diversidade de pesquisas, seguem alguns modelos pinçados aleatoriamente, aplicados em estudos recentes e breves considerações sobre cada um:

- 1) Neri (2006), no estudo – Informalidade -, busca obter resultados focando os seguintes pontos: análise da evolução da informalidade previdenciária ao longo do ciclo da vida dos trabalhadores; estudo da interação entre variáveis de localização geográfica e a evolução temporal da informalidade; e, observar e entender os incentivos implícitos existentes nas relações entre segmentos formais e informais do mercado de trabalho. O autor utilizou a metodologia de Dados de Coorte¹⁵, a Regressão Logística¹⁶ e Regressões Multivariadas (permitiu isolar as diferentes instâncias de atuação de diversas políticas abordadas no referido estudo). De acordo com o autor, “a informalidade é mais frequente e crônica que o desemprego”, “(...) a informalidade constitui o principal “colchão” que alivia choques trabalhistas adversos naqueles que não podem se dá ao luxo de ficar buscando uma ocupação melhor”, “(...) são enormes os desafios enfrentados pelo Brasil na área da legislação trabalhista”, são afirmações pontuais a partir dos resultados dessa modelização. Neri, conclui o trabalho destacando a informalidade como espelho do relacionamento entre os diversos níveis de governo e sociedade. E, sugere uma tríade como estrutura básica de combate à informalidade: maior eficiência microeconômica, consistência fiscal e equidade distributiva.
- 2) A “abordagem de demanda por moeda” tornou-se particularmente “popular” entre os estudos sobre medição da economia subterrânea resultante do refinamento de estudos anteriores utilizados para determinar o tamanho do fenômeno na economia de vários países, em destaque nos Estados Unidos, relatados em Tanzi (1980, 1982-1983) apud

¹⁵ Os dados de coorte são substitutos imperfeitos de dados longitudinais, uma vez que não fornecem informações sobre os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Na verdade, as informações são de diferentes indivíduos com um certo conjunto de características idênticas, tais como data e local de nascimento, gênero, raça etc.

¹⁶Essa técnica permite estimar as probabilidades de ocorrência de um evento, dado um conjunto de características observáveis (Agresti, 1996). A regressão logística binomial é utilizada para estudar variáveis dummies que são aquelas que são compostas apenas por duas opções de eventos, como “sim” ou “não”. A transformação logística pode ser interpretada como sendo o logaritmo da razão de probabilidades, sucesso versus fracasso.

Schneider (2009). A ideia básica do modelo sugeria que: as atividades nas economias subterrâneas usavam dinheiro para efetuar suas transações, anulando as formas usuais de rastreamento, diferentemente de que se fossem realizadas com cheques ou outra forma escritural de transação. Assim, se fosse possível estimar o montante de dinheiro envolvido na economia subterrânea e assumindo que a velocidade de uso do dinheiro é a mesma da economia formal, estaria estimando-se uma medida indireta da economia subterrânea. Uma equação de demanda por papel-moeda foi desenvolvida para a economia americana e exaustivamente modificada durante três décadas com inclusão de novas variáveis e aplicada em diversos países, inclusive o Brasil.

- 3) Schneider (2009) utilizou em seu estudo “Economia Informal da América Latina” a abordagem de estimativa latente, através do procedimento DYMIMIC (Múltiplos Indicadores Dinâmicos e Causas Múltiplas), para estimar o tamanho e desenvolvimento da economia informal (subterrânea) em 21 países da América Central e Latina, incluindo o Brasil. O método empírico utilizado é bastante diferente dos métodos utilizados até então e se baseia na teoria estatística de variáveis não observadas, que considera causas múltiplas e múltiplos indicadores do fenômeno a ser mensurado. Grosso modo, o DYMIMIC¹⁷, é composto de duas partes: o modelo de medição ligando as variáveis não observadas aos indicadores observados e, o modelo de equações estruturais que especifica as relações causais entre as variáveis não observadas. O autor ressalta um progresso na técnica de estimativa da economia subterrânea, com superação de vários pontos críticos quando utilizada a abordagem da demanda por moeda em conjunto com a abordagem DYMIMIC, apesar de ainda existirem críticas veladas a determinados pontos dos modelos.

A falta de consenso sobre a mensuração da economia informal é uma extensão da não convergência conceitual abordada no início deste capítulo. Genericamente, a todas as formas ou modelos utilizados na tentativa de medição do mercado informal, seja no mercado de trabalho ou negócios informais, existem interpretações críticas que revelam pontos ainda obscuros ou com argumentos frágeis que fomentam novas experiências, estudos, aplicação de novas técnicas de apuração empírica, com o intuito de disponibilizar a informação essencial

¹⁷ O modelo DYMIMIC (dinâmico) ou MIMIC, tiveram o desenvolvimento e seus pontos fracos, estudados de forma mais completa, por Del’Anno (2003), Giles e Tedds (2002), Breusch (2005a, 2005b), Schneider (2005) e Pickhardt e Sarda-Pous (2006) apud Schneider (2010).

para formalização de estratégias e políticas capazes de reverter ou minimizar os impactos negativos potenciais da informalidade.

Não obstante os conflitos conceituais sobre economia informal há uma tendência de avanço na determinação de novos paradigmas ou pelo menos o abandono do marco teórico consolidado, como por exemplo, o da economia do desenvolvimento¹⁸, considerada o contexto econômico que dominou até a década de 1990. O empirismo contemporâneo da economia informal revela um novo formato à luz de uma dinâmica que vai do excedente estrutural de mão de obra, passando por uma estreita relação com a economia subterrânea propriamente dita, até uma simples manifestação de uma escolha individual (RAMOS, 2007, p. 131). A partir da década de 1990, a segmentação ganhou destaque no enfoque dos estudos em torno do tema informalidade. O autor coloca com propriedade a necessidade de reposicionamento de estudos e análises sobre essa mudança de “comportamento” da informalidade.

A heterogeneidade e consolidação da informalidade na economia contemporânea brasileira foram abordadas por Feijó, Nascimento e Sila, Souza (2009), baseando-se na ECINF¹⁹ de 1997, onde os autores buscaram demarcar critérios e classificação das atividades informais em três níveis:

- 1) **Alta informalidade:** predominou o baixo nível de receita; atividades desenvolvidas nos domicílios; a maioria sem local exclusivo, quando fora do domicílio, em áreas públicas; sem registros contábeis e ausência de constituição jurídica (na pesquisa, representaram 48% do total) com a ilegalidade como característica comum. A clientela para este tipo de atividade sem padrão específico.
- 2) **Média informalidade:** empresas com receitas medianas atuando de forma equilibrada tanto no domicílio quanto fora dele, de forma geral, estabelecidas em lojas, escritórios, oficinas, etc. (representavam 25% do universo estudado); escrituração contábil, primária, porém, presente e constituição jurídica mais comum na atividade; também com participação de ilegalidade; clientela com perfil variado.
- 3) **Baixa informalidade:** atividades ilegais (participação de 27% das unidades produtivas analisadas) com maior nível de receita, desenvolvido fora do domicílio e com local fixo; constituição jurídica em nível acima das classificações anteriores, porém ainda com presença

¹⁸ A Economia do desenvolvimento caracterizada pelo excedente estrutural de mão de obra inerente ao Capitalismo dominante.

¹⁹ Pesquisa da Economia Informal Urbana – ECINF do IBGE.

de empresas; empresas assim classificadas esquivaram-se ao mercado formal propriamente dito.

Os autores ressaltam algumas considerações sobre a interação entre as economias formal e informal, apontando ainda para importância que as políticas públicas devem desempenhar nos mecanismos de combate à informalidade objetivando, sobretudo, o crescimento econômico, explorando as diferentes características das atividades informais.

CAPÍTULO 2 – ECONOMIA CARUARUENSE E A INFORMALIDADE.

Em 1681, era apenas uma faixa de terra com aproximadamente 30 léguas de extensão, à margem esquerda do Rio Ipojuca, depois conhecida como Fazenda (do) Caruru, em seguida Vila de mesmo nome (que se formou em torno na Fazenda) e finalmente, em 18 de maio de 1857, com a assinatura da Lei Provincial nº 416, pelo vice-presidente da província de Pernambuco, Joaquim Pires Machado Portela, recebeu o status de cidade (PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU, 2013). Caruaru, a cidade mais populosa do interior do Estado, destaca-se pela importância política econômica e cultural, reconhecida nacional e internacionalmente. A fotografia 1, retrata o centro comercial de Caruaru na década de 1960, a tradicional Feira de Caruaru²⁰ que cresceu, diversificou-se e se transformou em um símbolo da cidade

Fotografia 1 - Centro comercial de Caruaru na década de 1960 – Feira de Caruaru.

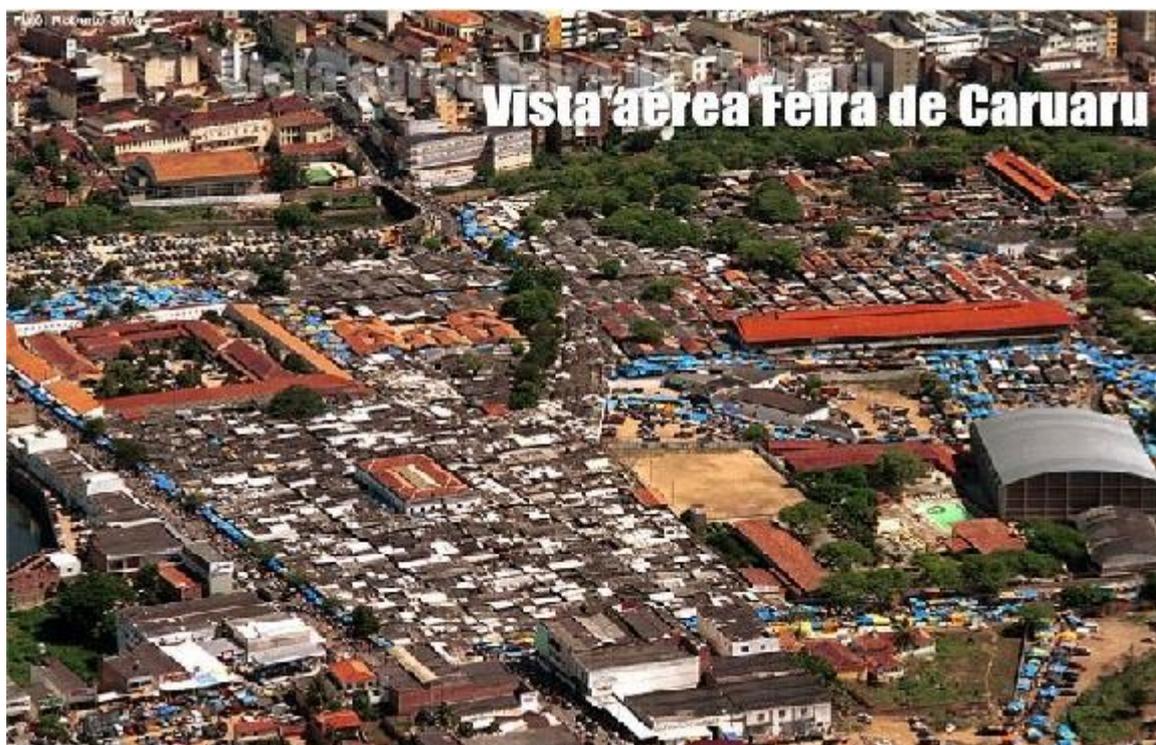


Fonte: Revista Caruaru Hoje, nº 42, p. 13 – Disponível em www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=748192.

²⁰ A Feira de Caruaru surgiu em uma fazenda situada em um dos caminhos do gado, entre o sertão e a zona canavieira, onde pousavam vaqueiros, tropeiros e mascates. No final do século XVIII, foi construída nesse local a capela de Nossa Senhora da Conceição, ampliando a convergência social e fortalecendo as relações de trocas comerciais em torno do lugar. Assim, a feira cresceu juntamente com a cidade e foi um dos principais motores do seu desenvolvimento social e econômico. A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, de fazeres, de produtos e de expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio do gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca e nas ervas e raízes medicinais. Sem a dinâmica e o mercado da feira, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. Em 2006, foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

e força motriz no crescimento e desenvolvimento da economia caruaruense. Em 1992, a feira foi realocada no Parque 18 de maio, também no centro da cidade, onde um grande complexo de pequenos negócios foi proliferando, assim como todo o entorno desse espaço desenvolveu-se de forma acentuada. Atualmente, juntamente com a tradicional Feira de Caruaru, tem-se a Feira da Sulanca, Feira de Artesanato, Feira do “Paraguai”, Feira do “Troca”. Na fotografia 2, uma visão aérea do Parque 18 de maio no ano de 2010:

Fotografia 2 - Parque 18 de maio – Espaço das principais feiras de Caruaru 2010.



Fonte: Prefeitura Municipal de Caruaru.

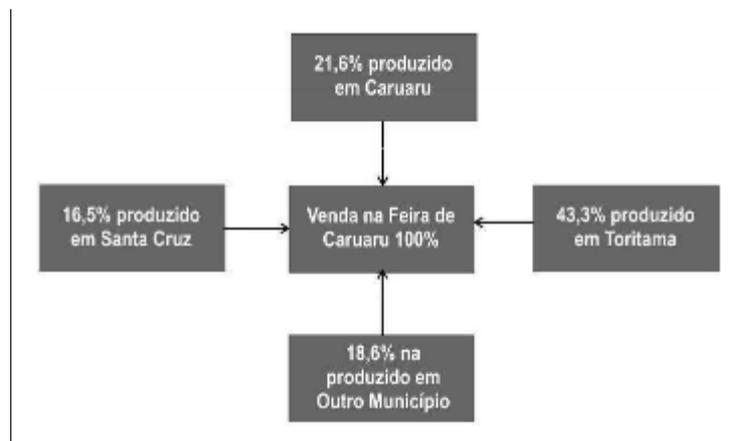
De acordo com um estudo socioeconômico²¹ divulgado pela Prefeitura Municipal de Caruaru, a Feira da Sulanca, no ano de 2011, atingiu os seguintes números:

- Pontos comerciais (bancos): 12 mil;
- Pessoas ocupadas: 76 mil;
- Vendas à vista: 78,4% no varejo e 44,8% no atacado;
- Movimentação financeira: R\$ 40 milhões/mês.

²¹ Estudo realizado pela Cunha Lanfermann Engenharia, disponível em www.caruaru.pe.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/Feira-da-Sulanca.pdf.

Os números refletem a importância da Feira da Sulanca no contexto econômico da cidade de Caruaru e região. Pois, muitos municípios circunvizinhos participam desse complexo comercial produzindo e/ou consumindo os produtos ali comercializados, assim como municípios de outros Estados da Federação. As figuras 1 e 2, a seguir, ilustram percentualmente essa relação de produção e consumo das confecções comercializadas na Feira da Sulanca de Caruaru, com municípios e regiões:

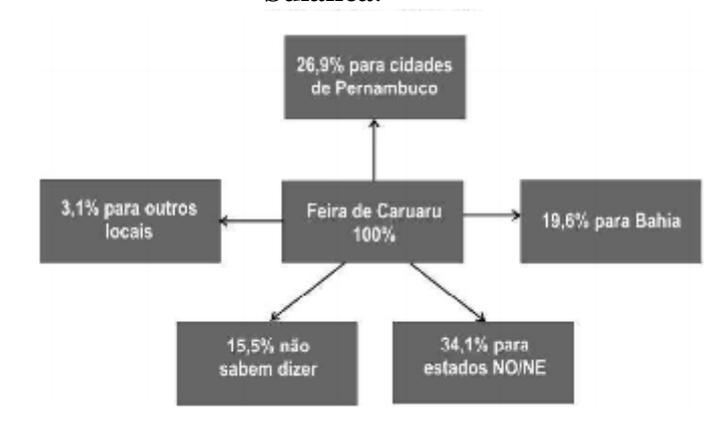
Figura 1 - Origem dos produtos (confecções) vendidos na Feira da Sulanca.



Fonte: Estudo socioeconômico da Prefeitura Municipal de Caruaru – 2011.

A forte relação comercial entre Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe é evidenciada nos percentuais de participação na origem da confecção negociada na Feira da Sulanca, formando o que ficou denominado Polo Têxtil do Agreste.

Figura 2 - Destino dos produtos (confecções) comercializados na Feira da Sulanca.

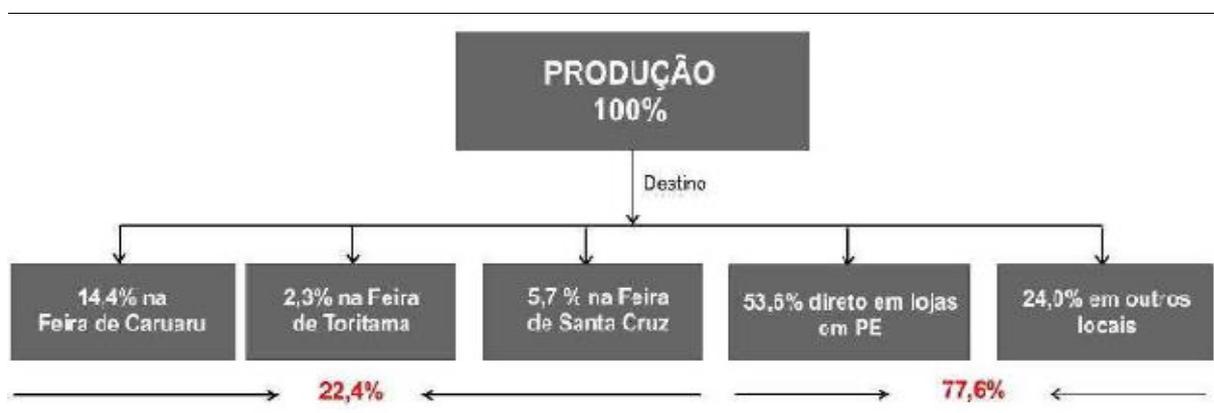


Fonte: Estudo socioeconômico da Prefeitura Municipal de Caruaru – 2011.

Os Estados do Norte e Nordeste são os principais destinos dos produtos da feira, com 34,1%, enquanto que 26,9% do total de vendas, para outras cidades do Estado de Pernambuco, segundo o referido estudo (Figura 2).

A Feira da Sulanca, observada como um grande APL (Arranjo Produtivo Local), cresce a cada ano²², tanto em dimensões físicas quanto em termos econômicos, agregando uma infinidade de atividades que fomentam o principal interesse de estudo deste trabalho, a informalidade. As figuras 3 e 4 relacionam a produção de confecções por empresas caruaruenses, formais e informais, com os mercados das maiores feiras da região e outros locais de comercialização.

Figura 3 - Destino da confecção produzida pelas empresas formais de Caruaru.

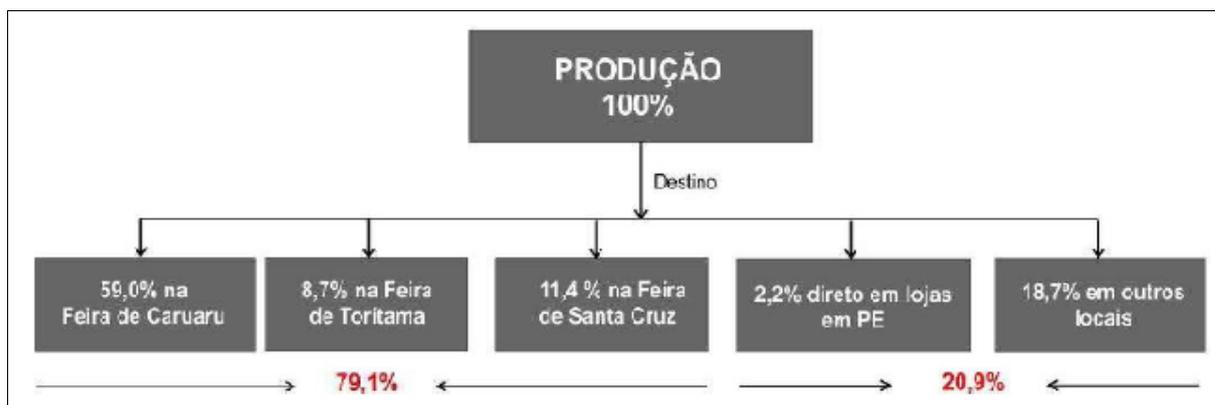


Fonte: Estudo socioeconômico da Prefeitura Municipal de Caruaru – 2011.

Observa-se que 77,6% do que é produzido pelas empresas formais em Caruaru é destinado à comercialização em lojas distribuídas no Estado de Pernambuco. O restante, 22,4%, é direcionado às feiras de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

²² Segundo o estudo encomendado para PMC, em 7 anos (anteriores a 2011), a feira cresceu 40% (espaço físico).

Figura 4 - Destino da confecção produzida pelas empresas informais de Caruaru.



Fonte: Estudo socioeconômico da Prefeitura Municipal de Caruaru – 2011.

Observa-se no diagrama representado na Figura 4, que a produção de confecções em empresas informais de Caruaru, direciona quase 80% dessa produção para as feiras, cabendo à Feira da Sulanca de Caruaru 59% desse total. Portanto, tem-se uma situação invertida no direcionamento da produção, onde a tendência da produção de empresas informais tem como destino final para comercialização as feiras especializadas dos produtos.

Assim, por sua natureza de origem, seja por fatores culturais e/ou mercadológicas, o ambiente de – feira – presente na forte economia de Caruaru e região, sugere uma ideia indissociável da informalidade pela estrutura histórica econômica que se consolidou ao longo das décadas. A cadeia produtiva criada em torno do complexo de feiras de confecções é de difícil mensuração, porém indiscutivelmente, fundamental para o eixo econômico.

Caruaru passa por um momento econômico diferenciado nos últimos 15 anos, recebendo investimentos públicos e privados com destaque para o setor da construção civil, instalação de novas indústrias e expansão do complexo produtivo ligado ao setor têxtil. As tabelas 1, 2 e 3 a seguir, retratam informações, em números, que caracterizam o município em diversos aspectos, sendo a maioria dos dados relativos ao ano de 2010²³ e/ou comparação com outros decênios.

²³ Esclarecendo que 2010 é o ano base referenciado no decorrer deste estudo por ser o último ano de coleta de dados censitários e apuração final do PIB. Alguns dados, devidamente identificados, referem-se a exercícios próximos a 2010 que não alteram a perspectiva de análise.

Tabela 1 - Caracterização territorial e demográfica de Caruaru.

Microrregião	Vale do Ipojuca
Região de Desenvolvimento Estadual	Agreste Central
Área	925,05 Km ²
População total (Censo 2010)	314.912 habitantes
- População Urbana	279.589 habitantes
- População Rural	35.323 habitantes
Densidade demográfica	340,47 hab/km ²
Taxa de urbanização (%)	88,78
Total de Domicílios recenseados – 2010	114.621
Taxa geométrica de crescimento populacional 2000-2010 (%a.a.)	2,19

Fonte: Elaboração própria com base em: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – IPEA; CONDEPE/FIDEM - Base de Dados do Estado-BDE.

De acordo com a tabela 1, com 314.912 habitantes, Caruaru é o município mais populoso do interior do estado e o quarto mais populoso dentre os 185 municípios pernambucanos. Sua localização centralizada em uma região de transição entre o litoral e o sertão, garante um fluxo considerável de pessoas e negócios que reforçam a economia da cidade.

A tabela 2 resume comparativamente alguns dados indicadores socioeconômicos apurados nos levantamentos censitários dos anos de 1991, 2000 e 2010:

Tabela 2 - Dados socioeconômicos (I) de Caruaru.

Longevidade, mortalidade e fecundidade	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,3	67,4	73,0
Mortalidade até 1 ano de idade (*)	48,3	47,7	18,9
Mortalidade até 5 anos de idade (*)	64,0	52,9	20,3
Taxa fecundidade total (**)	3,1	2,2	2,0
Renda, Pobreza e Desigualdade	-	-	-
Renda per capita (em R\$)	312,46	416,02	553,99
Percentual (%) de extrema pobreza	14,57	9,96	5,66
Percentual (%) de pobres	39,83	28,89	16,31
Índice de Gini	0,55	0,57	0,53
IDHM	0,481	0,558	0,677 (médio)
Habitação	-	-	-
Pop. em domicílio c/ água encanada %	76,26	80,29	89,22
Pop. em domicílio c/energia elétrica %	91,42	99,15	99,68
Pop. em domicílio c/ coleta de lixo %	83,27	89,74	98,15

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – IPEA.

(*) Por mil nascidos vivos (**) Filhos por mulher

Em linhas gerais, a observação da tabela 2 evidencia uma melhoria significativa de todos os indicadores de fundo social ao longo das três apurações, sugerindo um ganho de qualidade de vida em Caruaru o que pode ser associado ao crescimento da economia no contexto local, estadual e nacional, no mesmo período.

Nota-se, o aumento da expectativa de vida (73 anos em 2010), queda acentuada da mortalidade infantil (18,9 até 1 ano de idade e 20,3 até 5 anos de idade, em 2010) em relação a renda, pobreza e desigualdade, a renda per capita de 2010 apresentou um ganho de aproximadamente 33% em relação à de 2000, com decréscimo no percentual de pobreza e de pobres, assim como índice de Gini²⁴. O IDHM 2010 de Caruaru é classificado como

²⁴ Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a

“médio”²⁵, ocupando a 2503ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil e a 11ª posição em relação aos 184 municípios de Pernambuco.

Em termos de habitação, aumento significativo ao longo de duas décadas na cobertura de fornecimento de energia elétrica, água encanada e coleta de lixo, esta última somente para população urbana.

Tabela 3 - Dados socioeconômicos (II) de Caruaru.

Composição setorial PIB – Valor Adicionado Bruto – (2010) – Em %	Agropecuária	Indústria	Serviços
	0,81	13,84	85,35
PIB – Preços Correntes (2010) – R\$ mil			3.003.634
PIB per capita (2010) – R\$			9.537,00
Quantidade de Estabelecimentos (2011)			11.293
Quantidade de Empregados no mercado formal (2011)			65.185

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados CONDEPE/FIDEM - Base de Dados do Estado-BDE.

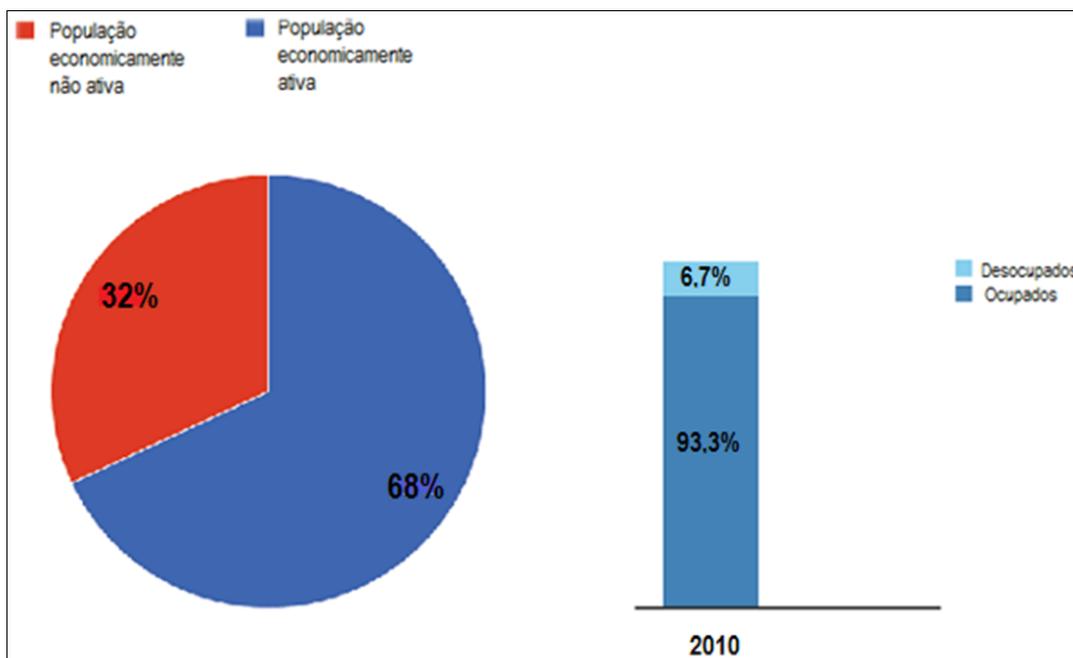
Das informações apresentadas na tabela 3, observa-se o predomínio dos serviços na composição setorial do PIB 2010 (pela ótica do VAB) caruaruense, correspondendo a 85,35%, seguido do setor industrial com 13,84% do total. O PIB a preços correntes do ano de 2010 é o 2º maior entre as cidades do interior e o 7º maior de Estado. Como informação complementar, no ano de 2011, Caruaru contabilizava 11.293 estabelecimentos e 65.185 empregados no mercado formal.

Uma análise genérica em relação a trabalho é mostrado no gráfico 1 a seguir, refere-se à taxa de atividade e desocupação de uma parcela da população de Caruaru no ano de 2010, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

²⁵ Caruaru teve um incremento no seu IDHM de 40,75% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da média de crescimento estadual (52,95%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 37,76% entre 1991 e 2010.

Gráfico 1 - Taxa de atividade e desocupação 18 ou mais de idade - 2010.

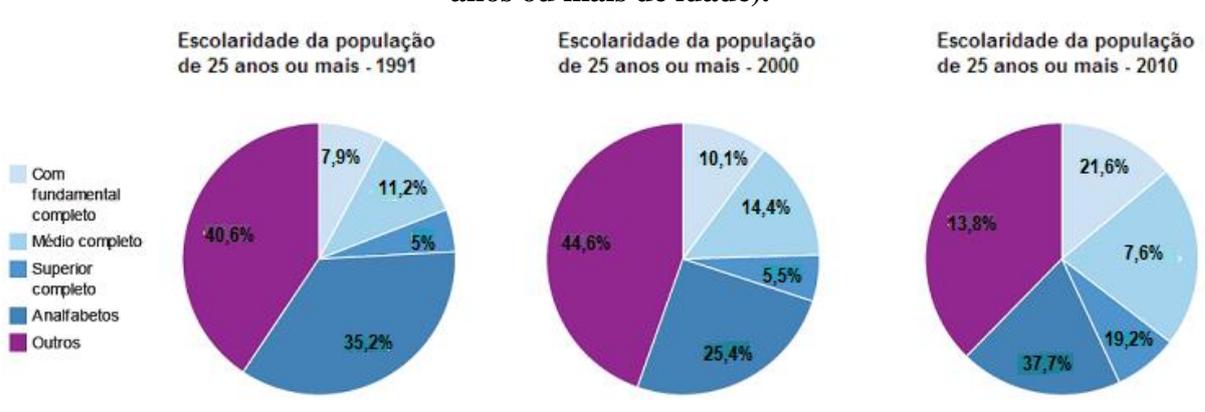


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – PNUD/IPEA.

A taxa de atividade ou percentual da população economicamente ativa no universo formado pelas pessoas de 18 anos ou mais de idade foi de 68%, em 2010, enquanto que a mesma taxa no ano de 2000 foi de 64%. A percentagem dos desocupados observados nessa população foi de 6,7% em 2010 e 11,2% em 2000. Ainda segundo os dados do referido atlas, o grau de formalização dos ocupados com 18 anos ou mais de idade foi de 33,7% em 2000 e 44% em 2010.

Em termos de educação, o gráfico 2, representa a estratificação da escolaridade da população adulta (25 anos ou mais de idade) de Caruaru em 1991, 2000 e 2010, a título de comparação, considerando pessoas com ensino fundamental completo, médio completo, superior completo, analfabetos e outros. A educação adulta é um importante indicador de acesso a conhecimento e um dos três componentes (IDMH Educação) do índice de desenvolvimento humano médio.

Gráfico 2 - Estratificação por nível de escolaridade da população adulta de Caruaru (25 anos ou mais de idade).



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – PNUD/IPEA.

Observa-se no gráfico 2, um sensível avanço positivo nos percentuais de participação nos níveis de escolaridades de pessoas adultas, ou seja, com 25 anos de idade ou mais, principalmente entre 2000 a 2010.

Em linhas gerais os números sucintamente apresentados sobre Caruaru, sugerem um potencial de crescimento econômico não só da cidade assim como da região. Com ritmo de crescimento diferenciado, a cidade atrai investimentos externos, estimula empreendedorismo local, gera empregos, tem melhoria na qualidade de vida. Há necessidade premente de sanear gargalos em várias áreas para que a expectativa de crescimento não seja inibida e desperdice o bom momento econômico da economia local.

2.1 Contextualização atual: informalidade e economia local.

Seja pela tradição comercial, pelo empreendedorismo crescente e original latente, pelo potencial econômico estratégico para uma região e para o Estado, Caruaru, atualmente, atrai diversas instituições tanto públicas quanto privadas, pesquisando, estudando, aplicando modelos que possam ampliar a capacidade de produção, infraestrutura e qualidade de vida dos que vivem na cidade.

Uma das instituições que mais se dedica à pesquisa na economia de Caruaru e região é o SEBRAE-PE, com estudos, orientação técnica, acompanhamento na formação de novas empresas, de empreendimentos que variam de tamanho, valores investidos, áreas de atuação, entre outros.

Em 2012, o SEBRAE-PE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco), realizou um estudo denominado Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste Pernambucano²⁶, através de uma pesquisa²⁷ aplicada, onde foram entrevistados 1.235 empresários ou responsáveis por unidades produtivas, em dez cidades²⁸ do interior, nos meses de junho a agosto de 2012. Somado a isso, foram arrolados 123 mil construções nos municípios em questão com o objetivo de gerar informações para estimativa do número de unidades produtivas existentes.

Apesar do Estudo em pauta ter sido dirigido ao “Polo de Confeccões do Agreste”, assim designado o complexo e gigantesco centro de produção e comercialização de confeccões do Agreste de Pernambuco, Caruaru figura dentre as três principais cidades da cadeia produtiva. A radiografia realizada pelo estudo revela em um universo vasto de informações, destacando a questão da informalidade com uma alta incidência nesta cadeia de produção.

De acordo com o Estudo, a estimativa aponta para um total de unidades produtivas de empresas formais e informais no Polo-10 (formado pelas 10 cidades já explicadas) na ordem de 18.803, tendo Caruaru participado com 4.530, o que representa 24,1% do total estimado, ficando abaixo apenas da cidade de Santa Cruz do Capibaribe que obteve 38,1% (7.169 unidades) de participação. Consta ainda nessa estimacão²⁹, do total de 18.803 unidades produtivas³⁰ do Polo-10, 3.665 são empresas formais e 15.138 são informais, desse mesmo total, 8.060 são empreendimentos complementares³¹ (facções). Segundo a estimativa do estudo, 3.217 dessas facções estão instaladas em Caruaru, representando 71% do total de

²⁶ O Conselho Deliberativo vigente no referido estudo foi composto por instituições como: Banco do Brasil; Banco do Nordeste; Caixa Econômica; Associação Nordestina da Agricultura e Pecuária; FECEP-Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco; Fecomércio-Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco; FIEPE-Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco; IEL-Instituto Euvaldo Lodi; SENAC-PE- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI-PE-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; UPE-Universidade de Pernambuco; SEBRAE; entre outros. É o indicativo de quão importante o peso da economia em estudo para a região, o Estado, o Nordeste e para o País.

²⁷ Mais informações técnicas sobre planejamento e aplicação da pesquisa utilizada, veja anexos 2 e 3, páginas 142-143 do estudo em pauta.

²⁸ As dez cidades: Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes. O estudo refere-se às cidades citadas como Polo-10.

²⁹ Estimacão feita para o ano de 2012, pela Datamétrica, no Estudo já citado no trabalho.

³⁰ Unidade produtiva é todo e qualquer conjunto de uma ou mais pessoas, com administração independente, que se reúne regularmente para: (i) produzir confeccões, entendidas como peças de vestuário, na forma de produtos finais; (ii) desempenhar tarefas que correspondem a etapas do processo produtivo de confeccões, como cortar os tecidos ou costurar partes de uma camisa;(iii) produzir componentes das confeccões, como casas de botões ou bolsos de calças (definição adotada pelo estudo).

³¹ Empreendimento complementar (ou facção) é a unidade produtiva que desempenha tarefas que correspondem a etapas do processo produtivo de confeccões, como costurar peças de uma alça e/ou produz partes ou componentes das confeccões, como forros de bolsos de calças e outros (definição adotada pelo estudo).

unidades produtivas do município, uma proporção considerada alta comparando-se aos demais centros de produção analisados.

Essa pequena amostra sobre a informalidade intrínseca no ramo de confecções em Caruaru, que pôde ser extraída desse excelente trabalho desenvolvido pelo SEBRAR-PE, assim como as ligações históricas e culturais definidas com o modo de comercialização denominado “feira”, fomentam o estímulo necessário para aprofundamento a estudos específicos sobre informalidade na economia local.

As ramificações criadas na cadeia produtiva do setor de confecções³², por exemplo, ou derivadas dela, formam um universo desafiador e complexo, ampliando de forma contundente o campo a ser estudado focando o tema informalidade. Os demais setores da economia caruaruense, de forma direta ou indireta, são partícipes do complexo produtivo de confecções, compartilhando, incontestemente da informalidade desse setor.

Segundo dados do CONDEPE/FIDEM já citados, no ano de 2011, foram registrados em Caruaru, 65.185 empregados no mercado formal e 11.193 estabelecimentos, em contrapartida, o estudo do SEBRAE-PE sinaliza para uma informalidade acentuada, no setor analisado. São extremos de um mesmo mercado, influenciado por fatores comuns a outras economias somados a fatores locais.

2.2 A informalidade e a economia brasileira

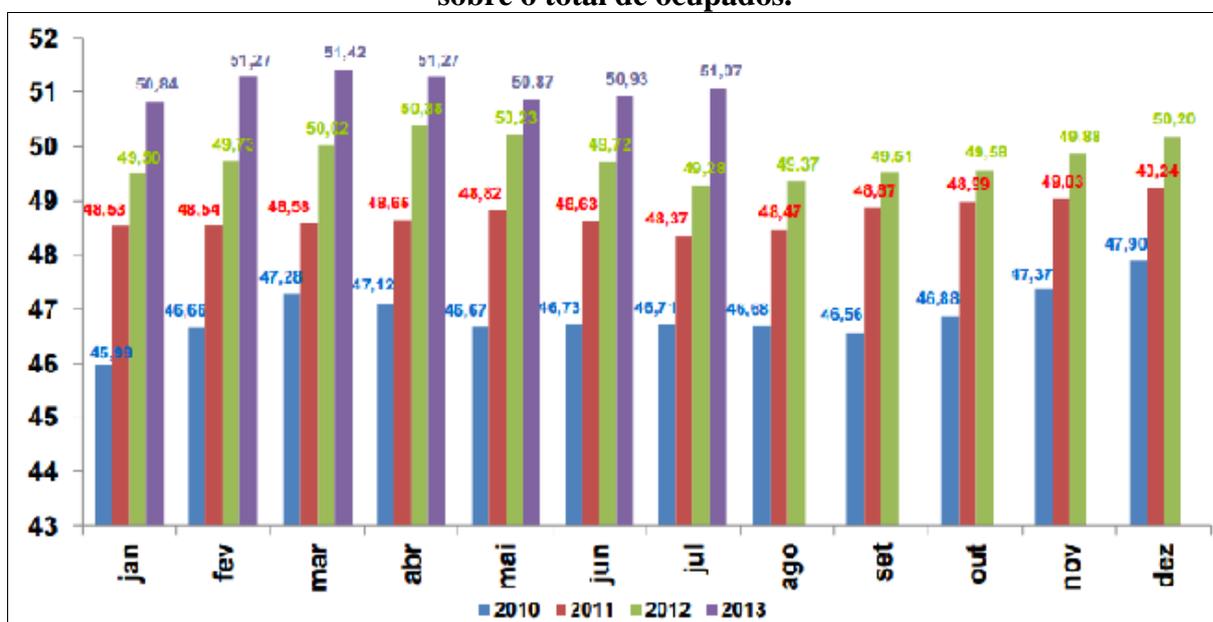
Do ponto de vista dos governos, a informalidade é um fenômeno a ser combatido. “A informalidade é mais frequente e crônica que o desemprego”, posição defendida por Neri (2006). O autor ainda afirma que “do ponto de vista individual, o desemprego é, na média, uma crise passageira. O aviso prévio, o FGTS e o seguro-desemprego amenizam os efeitos de curto prazo da perda de emprego formal. Por outro lado, não existe “seguro-informalidade”, ou nada parecido”.

³² A rigor, a definição de unidade produtiva adotada pelo estudo do SEBRAE englobaria, também, entre outras, as lavanderias e os escritórios independentes que prestam serviços essenciais, ao longo do processo produtivo (por exemplos, a lavagem das peças jeans e a criação dos modelos de vestidos, calças e camisas). Os questionários da pesquisa não foram aplicados a este universo maior, apenas aos produtores strictu sensu de confecções. Desta forma, as lavanderias, assim como todas as demais empresas ancilares (representações comerciais de compradores de outros estados, lojas de varejo ou de atacado, oficinas de reparos de máquinas) e os escritórios independentes ficaram fora das estatísticas coletadas e, portanto, do universo analisado.

O déficit previdenciário em 2010³³ fechou em aproximadamente R\$ 42,9 bi e o IBGE aponta para um envelhecimento geracional crescente da população brasileira (explicado pelo aumento da expectativa de vida, queda da mortalidade infantil, queda da taxa de fecundidade, entre outros) o que exige um esforço por parte do governo para aumentar a receita previdenciária.

O gráfico 3, resume um comparativo anual de 2010 a 2013, da taxa de formalização de empregados com carteira de trabalho em relação ao total de ocupados.

Gráfico 3 - Taxa de Formalização - % de empregados com carteira de trabalho sobre o total de ocupados.

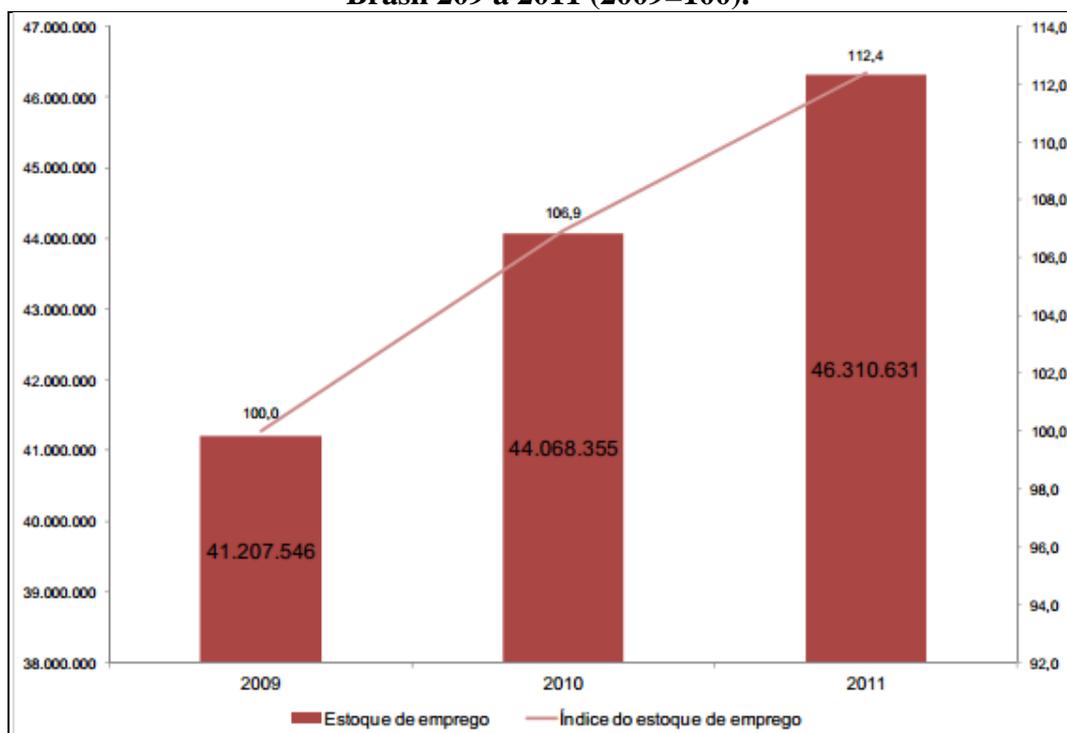


Fonte: BARBOSA FILHO e MOURA. IBRE/FGV – Texto para discussão nº 17 – dados do SEADE/DIEESE.

Fica evidente no gráfico 4 o incremento anual de formalização no Brasil, destacando que a partir de 2013 o percentual supera o nível de 50% dos total de ocupados.

³³ De acordo com o Ministério da Previdência Social(www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1173).

Gráfico 4 – Estoque de empregos formais e evolução do estoque de emprego- Brasil 209 a 2011 (2009=100).



Fonte: Nota Técnica, nº 116 – 10/2012 – DIEESE, a partir da RAIS.

No ano de 2010, de acordo com o gráfico 4, mais de 44 milhões de postos de empregos formais foram contabilizados no País, com um aumento de 6,9% em relação ao ano anterior, mantendo-se esse percentual de crescimento no ano de 2011.

A título de acompanhamento comparativo, a tabela 4 resume o comportamento da taxa de desemprego e de informalidade entre os anos de 2002 a 2010 (BARBOSA FILHO e MOUA, 2012).

Tabela 4 – Taxa de Desemprego e de Informalidade do Brasil.

Ano	Taxa de Desemprego %	Taxa de Informalidade %
2002	9,1	43,6
2003	9,7	42,3
2004	8,9	42,5
2005	9,3	41,4
2006	8,4	40,7
2007	8,2	39,1
2008	7,1	38,1
2009	8,3	37,4
2010	6,7	36,9

Fonte: BARBOSA FILHO e MOURA (2012) – baseado em dados da PNAD/IBGE, com alterações.

Nota-se, observando a tabela 4, uma variação na taxa de desemprego, alternando com discretos aumentos nos anos de 2003, 2005 e 2009 e reduções nos demais anos do intervalo em foco, registrando o menor percentual de desemprego da série até 2010. Concomitantemente, uma redução constante da taxa de informalidade, o que sugere que os movimentos entre as duas taxas observadas devem ter motivações distintas. Destacando, inclusive a redução da taxa de informalidade mesmo em 2009, ano de crise externa.

O poder público pressiona o mercado através de programas, incentivos, desonerações tributárias, para estimular a formalização do trabalho e empresas em nível nacional. O que tem surtido efeitos positivos, dada à redução da taxa de informalidade constatada ao longo dos últimos anos. Estão entre os principais motivos: aumentar o “bolo” fiscal e a reserva previdenciária, promover os benefícios sociais (proteção social), minimizar a precarização do trabalho, promover crescimento e desenvolvimento da economia como estágio final.

A economia de Caruaru, embalada por bons resultados na última década, mesmo diante de um grau de informalidade elevado, conforme apontado em estudos, inserida no contexto nacional, desafia a percepção dos especialistas, formadores de opinião no sentido de alinhar-se com a política de combate a informalidade, dada sua origem de mercados que conservam características até os dias atuais.

Com o respaldo teórico apresentado no capítulo 1 e o complexo contexto delineado nas considerações sobre a economia de Caruaru inserido no fenômeno econômico “informalidade”, o capítulo a seguir terá como objetivo, através da aplicação de ferramenta econométrica, cuja metodologia será detalhadamente descrita no decorrer do texto, assim como os resultados encontrados, uma avaliação do comportamento de setor informal da economia local tendo como referência as estimativas resultantes para o estado de Pernambuco.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS E DADOS ESTATÍSTICOS.

De início, faz-se necessário um formato conceitual de “informalidade” ou “setor informal”, com ênfase ao mercado de trabalho, a ser considerado especificamente como paradigma da análise em curso. A partir da releitura do capítulo 1 deste trabalho, onde diversas correntes de pensadores e escolas são apresentadas principalmente com a ebulição dos últimos 30 anos sobre o tema informalidade, não é interessante especificar apenas um conceito para delimitar o campo de estudo.

Portanto é razoável considerar que desde o conceito proposto pela OIT, através do Programa Mundial de Emprego, em 1969, divulgado em 1972, evoluindo na proposta do PREALC (Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe da Organização Mundial do Trabalho), em meados de 1970, a base do conceito sobre informalidade é válida e enriquecida com um polimento teórico como a perspectiva desenvolvimentista e novas interpretações que modernizaram as premissas sobre o fenômeno.

Em linhas gerais, o grupo heterogêneo incluído neste trabalho é formado pelos trabalhadores por conta-própria, os empregados sem-carteira e os sem pagamento. Os indivíduos por conta própria são aqueles que não têm simultaneamente nem patrão, nem empregados, de acordo com a definição usual dada pelas pesquisas domiciliares do IBGE. De acordo com a natureza das relações trabalhistas pode-se relacionar os conta-própria ou os sem patrão/sem empregados com os empregadores, enquanto os empregados sem carteira e os sem pagamento com os empregados com carteira.

3.1 METODOLOGIA

Descrição das variáveis, todas para o ano de 2010, utilizadas no modelo aplicado:

ESCOLARIDADE – Indica o tempo médio de estudo do trabalhador formal, em anos (considerando 11 níveis de escolaridade, desde analfabetos até doutorado, levando em conta o tempo médio decorrido para avanço nos níveis) dos municípios, conforme dados extraídos da CAGED-Estatísticas.

TAXA DE FORMALIDADE – Número de empregados formais dos municípios, segundo os registros da CAGED-Estatísticas dividido por 70% da população dos municípios (estimativa para população economicamente ativa – PEA).

ESTABELECIMENTOS – Número de estabelecimentos formais dos municípios, de acordo com a CAGED-Estatísticas.

PIB – Representa o Produto Interno Bruto a preços correntes (em mil R\$) dos municípios em estudo (dados disponíveis no IBGE).

ICMS – Representa os valores brutos de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) repassados aos municípios dos Estados do Paraná (dados extraídos do SIAF – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro, da Secretaria da Fazenda do Estado) e de Pernambuco (dados extraídos da Secretaria da Fazenda do Estado).

Considerações sobre as variáveis:

i) Todos os dados representados pelas variáveis descritas referem-se ao ano de 2010, de todos os 185 municípios do estado de Pernambuco (excetuando-se Fernando de Noronha, por falta de dados) e dos 399 municípios do Estado do Paraná.

ii) A variável DUMMY, representa: (1) para os municípios do Estado de Pernambuco e (0) para os municípios do Paraná.

iii) Dados Descritivos:

Na Tabela 5 apresentam-se as principais estatísticas descritivas dos municípios por Estado. Em particular destaca-se a taxa de informalidade média maior no Estado de Pernambuco.

Tabela 5 – Estatística Descritiva das Principais Variáveis

Estado	Estatísticas	Taxa de Informalidade	Escolaridade	ICMS	PIB	Nº de Estabelecimentos
Pernambuco	Média	0,8702	10,74	8.956.878,36	517.136,32	8.346
	Desvio Padrão	0,1191	1,66	39.473.710,44	2.420.094,29	50.449
	Mínimo	0,1093	4,35	981.691,47	21.807,93	27
	Máximo	0,9933	14,00	471.703.833,27	30.032.003,26	670.595
	Coeficiente de Variação	0,1368	0,15	4,41	4,68	6
Paraná	Média	0,7619	10,68	8.739.008,57	544.585,66	6.977
	Desvio Padrão	0,1201	0,79	30.621.095,51	2.947.411,93	44.538
	Mínimo	0,1067	7,88	686.603,38	19.954,55	173
	Máximo	0,9197	12,76	471.332.138,32	53.106.496,77	848.850
	Coeficiente de Variação	0,1576	0,07	3,50	5,41	6

Elaboração própria.

3.1.1 Modelo de Regressão Beta

Considere que a variável a ser explicada encontra-se no intervalo unitário (0,1) e é contínua. Supõe-se que a variável resposta se distribui como uma *Beta*. Neste modelo, os parâmetros são interpretados em termos do valor médio da variável de interesse. O modelo apresenta as características de ser heterocedástico e assimétrico. A assimetria é uma característica desejável além de apresentar a possibilidade de cobrir uma série de tipos de distribuições. As formas podem ser com viés à direita ou à esquerda além de distribuições planas. A obtenção das formas das distribuições é em função dos parâmetros μ e ϕ . O primeiro parâmetro reflete o valor médio da variável de interesse, enquanto que o segundo é um parâmetro de precisão.

A forma analítica é expressa da seguinte forma:

$$f(y; \mu, \phi) \cong y^{\mu\phi-1}(1-y)^{(1-\mu)\phi-1}, \quad 0 < y < 1$$

onde, $0 < \mu < 1$ e $\phi > 0$. Entre as propriedades da distribuição têm-se $E(y) = \mu$ e $VAR(y) = \frac{\mu(1-\mu)}{(1+\phi)}$. Considerando um valor fixo para μ o valor de ϕ^{-1} é considerado um parâmetro de imprecisão. Os parâmetros a serem estimados, além de ϕ , apresentam-se na fórmula:

$$\mu = \beta_0 + \beta_1 DUMMY + \beta_2 ESCOLARIDADE + \beta_3 ICMS + \beta_4 PIB + \beta_5 ESTABELECIMENTO$$

O método de estimação é o método de máxima verossimilhança, o software foi o R com o pacote *betareg*.

3.2 RESULTADOS

A estimativa do modelo apresentou uma explicação em torno de 47,18%. Diante da heterogeneidade dos municípios podem-se avaliar os resultados do modelo como satisfatórios. Em particular destaca-se que os municípios do Estado de Pernambuco apresentam uma informalidade maior. A taxa de informalidade varia positivamente em relação à escolaridade e o número de estabelecimento. Algumas interpretações podem ser dadas: o aumento da escolaridade reflete na busca por empregos autônomos com um grau de escolaridade maior, deixando parte da população nos registros do emprego formal; o aumento do número de estabelecimento não necessariamente é acompanhado por um aumento no registro de funcionários formais, novamente reflete o provável padrão de serviços autônomos. Ambos os coeficientes foram significativos, ao nível de 5% e 10% respectivamente.

O ICMS e o PIB apresentam multicolineariedade visto que o coeficiente de determinação numa regressão do ICMS em função do PIB foi de 88,91%. Justificando provavelmente o fato do PIB não apresentar significância estatística. Porém, ambos os sinais das variáveis são negativos com relação à informalidade indicando que o aumento na arrecadação geralmente provoca uma saída do mercado para informalidade.

Conclui-se então como principal resultado que a informalidade é afetada de forma negativa pela presença de altos encargos governamentais.

A título de informação, a tabela 6 apresenta o resumo dos resultados brutos gerados pelo modelo, destacando os sinais positivos das variáveis ESCOLARIDADE e ESTABELECIMENTO, e os sinais negativos das variáveis ICMS e PIB já explicados anteriormente, assim como o R^2 de 47%.

Tabela 6 – Resultados econométricos do Modelo de Regressão Beta.

Variáveis	Estimativa	Erro Padrão	Z	p-valor
Intercepto	-1,25E+03	2,14E+02	-5,82	5,75E-09
DUMMY	7,11E+02	5,42E+01	13,12	< 2e-16
ESCOLARIDADE	2,32E+02	2,00E+01	11,58	< 2e-16
ICMS	-8,03E-06	2,00E-06	-4,02	5,72E-05
PIB	-3,93E-05	3,78E-05	-1,04	0,2981
ESTABELECIMENTO	2,78E-03	1,59E-03	1,74	0,0812
Phi	18,034	1,0460	17,24	< 2e-16
Pseudo R-Quadrado	0,4718			

Elaboração própria.

É possível estimar a informalidade em todas as cidades. As estimativas para cada cidade encontra-se no anexo. Em particular, na Tabela 7 os valores estimados para algumas cidades do Estado de Pernambuco. Caruaru apresenta uma taxa de informalidade bastante alta, em torno de 85%. Acima de Santa Cruz do Capibaribe e de Recife, mas abaixo, por exemplo, de Toritama.

Tabela 7 - Previsão de percentual de informalidade de alguns municípios do Estado de Pernambuco (em %)

AGRESTINA	88,8
BREJO DA MADRE DE DEUS	85,0
CARUARU	85,8
CUPIRA	77,4
RECIFE	77,1
RIACHO DAS ALMAS	81,1
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	74,1
SURUBIM	84,2
TAQUARITINGA DO NORTE	87,1
TORITAMA	90,9
VERTENTES	85,9

Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, este trabalho proporcionou ratificar vários aspectos da teoria que dá suporte ao fenômeno “informalidade” de forma contundente e por uma ótica relativamente nova.

Os resultados do modelo econométrico aplicado sugerem a relação positiva entre o percentual de informalidade, nível de escolaridade e número de estabelecimentos, em função da percepção dos indivíduos vislumbrarem ocupar postos de trabalhos autônomos, não necessariamente formalizados, relacionando a capacidade de escolha dos indivíduos ressaltada por Ramos (2007), que por sua vez, compõe uma análise considerada moderna a respeito da informalidade.

De forma similar, a taxa de informalidade relaciona-se com o aumento de impostos, negativamente. O que vai de encontro com a posição da corrente de estudiosos que defendem: “quanto mais impostos, mais informalidade”. Tanzi (2009) relaciona essa característica à economia subterrânea (a qual considera, em termos conceituais, diferente de informalidade). Porém, fica bastante sugestiva a ideia de divergência conceitual que permeia o assunto e a proximidade de características entre as análises.

A preocupação com desproteção previdenciária, envelhecimento populacional, elevação dos custos sociais, entre outras, relevadas por Neri (2006), são devidamente aplicadas no contexto onde a estimativa aponta para elevado grau de informalidade generalizado.

No caso particular do município de Caruaru é observado um alto percentual de informalidade no mercado de trabalho em contraponto a uma economia forte que polariza uma região, principalmente as atividades relacionadas ao setor de confecções que agrega ganhos a setores secundários.

A forte relação cultural com o mercado informal ao longo da história é marcante na economia do município, não obstante as políticas de incentivo à formalização em nível federal, estadual e municipal.

Conclui-se, portanto, que os resultados deste estudo satisfizeram a proposta inicial sugerindo os setores da economia de Caruaru que se relacionam contribuindo positivamente ou inverso a isto, deixando espaço para futuros aprofundamentos capazes de gerar efeitos mais diretos e objetivos direcionando maior eficiência na gestão das regulamentações relacionadas à informalidade no trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABÍLIO, Ludimila C. **Informalidade e acumulação Capitalista:** a centralidade do trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. In. Angela Maria Carneiro Araújo, Roberto Vêras de Oliveira (Orgs), **Formas de trabalho no capitalismo atual:** condição precária e possibilidades de reinvenção. São Paulo: Editora Annablume. p 113-134. 2011.

ARAÚJO, Celso Amorim; PEÑALOZA, Rodrigo Andrés de Souza. **Encargos Trabalhistas, fiscalização e informalidade no mercado de trabalho brasileiro.** In. Maria da Conceição Sampaio de Sousa et al (Orgs). **Economia Pública Brasileira.** Brasília. MESP/ESAF. p 481-520. 2010.

ARBEX, Amanda Mendes Daher. Direito do Trabalho e Crescimento Econômico: relações e influências. **Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior – Viannasapiens.** Juiz de Fora. Edição Especial, v.1, outubro/2010.

Disponível em <http://www.viannajr.edu.br/files/uploads/20131001_151907.pdf>, acessado em 30/09/2013.

BARBOSA, Fernando de Holanda Filho. **Uma avaliação do caso brasileiro.** In. In. ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. **Economia Subterrânea:** uma visão contemporânea da economia informal no Brasil. Rio de Janeiro. Elsevier. p. 107-155. 2009.

CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Dados e Estatísticas. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>, acessado 15/07/2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina Souza. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. **Tese** . São Paulo. 1982.

CONDEPE/FIDEM (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Governo do Estado). BDE – Banco de Dados do Estado – Perfil Municipal – Caruaru. Disponível em <www.bde.pe.gov.br/ArquivosPerfilMunicipal/CARUARU.pdf>, acessado em 01/09/2013.

COSTA, Márcia da Silva. Um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH. Salvador.** v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.

CRIBARI-NETO, Francisco; ZEILEIS, Achim. **Beta Regression in R.** Recife. 2013. Disponível em <http://cran.r-project.org/web/packages/betareg/vignettes/betareg.pdf>. Acesso em 01/08/2013.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; NACIMENTO E SILVA. Dense Britz do; SOUZA, Augusto Carvalho de. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na ENCINF. **Revista Econômica Contemporânea**, v. 13, n 2, p.329-354. Rio de Janeiro. 2009.

GONÇALVES, Marcelino Andrade; THOMAZ, Antônio Junior. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (31), 2002.

GUMIERO, Geisa Daise Cleps. Comércio informal e a produção de espaço urbano em Uberlândia-MG. **Artigo - Revista Sociedade & Natureza** nº 21, Uberlândia (MG). 2009.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)/PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Perfil do Município de Caruaru 2013. Disponível em <www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>, acessado em 02/09/2013.

NERI, Marcelo. Informalidade. **Ensaio Econômico** Nº 635 – EPGE/FGV. Rio de Janeiro. Dez/2006.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2010.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo. Editora Boitempo. 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU. Estudo Socioeconômico, 2011. Caruaru. 2011. Disponível em www.caruaru.pe.gov.br, acessado em 01/09/2013.

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Dados e Estatísticas. Disponível em <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>>, acessado em 04/07/2013.

RAMOS, Carlos Alberto. Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas políticas. **Econômica**. Rio de Janeiro, v.9, n.1, p;115-137, junho 2007.

REVISTA CARUARU HOJE. Nº 42, p.13. Caruaru (PE). 2009. Disponível em www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=748192, acessado em 10/09/2013.

RIBEIRO, Roberto Name; BUGARIN, Mirta Noemi Sakata. **Fatores determinantes da economia submersa no Brasil**. In. Maria da Conceição Sampaio de Sousa et al (Orgs). **Economia Pública Brasileira**. Brasília. MESP/ESAF. p 243-272. 2010.

SCHNEIDER, Friedrich. **Economia informal na América Latina**. In. In. ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. **Economia Subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. p. 51-106. 2009.

SEBRAE-PE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco). **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeccões do Agreste Pernambucado, 2012**. Recife-PE. 2013. Disponível em www.sebrae.com.br/uf/pernambuco/downloads/estudos-e-pesquisas/copy2_of_aprenda/estudo-economico-do-apl-de-confecoes-do-agreste.pdf, Acessado em 01/09/2013.

SEFAZ-PE (Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco). Repasse Constitucional para Municípios. Disponível em <<http://www.sefaz.pe.gov.br/>>, acessado em 04/07/2013.

SEFAZ-PR (Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná). Repasses aos Municípios. Disponível em

<http://www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br/Gestao/repasses/relatorio/rrepassesmun.jsp?Param_Data=01/01/2010&Param_Tiporelatorio=ANUAL>, acesso em 04/07/2013.

TANZI, Vito. **A economia subterrânea, suas causas e consequências**. In. ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. **Economia Subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier. p. 37-50. 2009.

ANEXOS

Anexo 1- Previsão de percentual de informalidade dos municípios do Estado do Paraná (em %).

ABATIA	90,3
ADRIANOPOLIS	87,1
AGUDOS DO SUL	86,8
ALMIRANTE TAMANDARE	88,8
ALTAMIRA DO PARANA	93,7
ALTONIA	88,5
ALTO PARANA	87,8
ALTO PIQUIRI	89,0
ALVORADA DO SUL	65,8
AMAPORA	74,7
AMPERE	72,1
ANAHY	76,8
ANDIRA	74,5
ANGULO	75,4
ANTONINA	76,9
ANTONIO OLINTO	74,0
APUCARANA	79,6
ARAPONGAS	75,7
ARAPOTI	84,6
ARAPUA	81,3
ARARUNA	82,1
ARAUCARIA	80,3
ARIRANHA DO IVAI	78,3
ASSAI	77,7
ASSIS CHATEAUBRIAND	76,4
ASTORGA	71,6
ATALAIA	70,3
BALSA NOVA	74,1
BANDEIRANTES	73,6
BARBOSA FERAZ	78,8
BARRACAO	78,2
BARRA DO JACARE	74,6
BELA VISTA DO CAROBA	74,4
BELA VISTA DO PARAISO	80,0
BITURUNA	75,9
BOA ESPERANCA	79,4
BOA ESPERANCA DO IGUACU	78,2
BOA VENTURA DE SAO ROQUE	79,6
BOA VISTA DA APARECIDA	77,0
BOCAIUVA DO SUL	73,3

BOM JESUS DO SUL	70,5
BOM SUCESSO	76,8
BOM SUCESSO DO SUL	78,7
BORRAZOPOLIS	74,5
BRAGANEY	71,9
BRASILANDIA DO SUL	79,1
CAFEARA	76,0
CAFELANDIA	78,3
CAFEZAL DO SUL	82,5
CALIFORNIA	83,4
CAMBARA	75,3
CAMBE	78,7
CAMBIRA	80,3
CAMPINA DA LAGOA	72,7
CAMPINA DO SIMAO	78,6
CAMPINA GRANDE DO SUL	78,7
CAMPO BONITO	80,0
CAMPO DO TENENTE	78,6
CAMPO LARGO	77,4
CAMPO MAGRO	78,6
CAMPO MOURAO	71,1
CANDIDO DE ABREU	76,0
CANDOI	75,6
CANTAGALO	77,7
CAPANEMA	78,4
CAPITAO LEONIDAS MARQUES	64,7
CARAMBEI	81,1
CARLOPOLIS	78,9
CASCAVEL	76,5
CASTRO	77,6
CATANDUVAS	77,1
CENTENARIO DO SUL	67,4
CERRO AZUL	78,0
CEU AZUL	69,7
CHOPINZINHO	72,5
CIANORTE	73,5
CIDADE GAUCHA	75,7
CLEVELANDIA	71,9
COLOMBO	73,1
COLORADO	65,0
CONGONHINHAS	77,4
CONSELHEIRO MAIRINCK	79,4
CONTENDA	79,9
CORBELIA	72,3

CORNELIO PROCOPIO	78,0
CORONEL DOMINGOS SOARES	73,3
CORONEL VIVIDA	69,4
CORUMBATAI DO SUL	77,7
CRUZEIRO DO IGUACU	78,1
CRUZEIRO DO OESTE	78,4
CRUZEIRO DO SUL	74,5
CRUZ MACHADO	78,6
CRUZMALTINA	74,6
CURITIBA	77,5
CURIUVA	78,7
DIAMANTE DO NORTE	76,4
DIAMANTE DO SUL	75,7
DIAMANTE D OESTE	77,3
DOIS VIZINHOS	77,8
DOURADINA	73,2
DOUTOR CAMARGO	78,6
ENEAS MARQUES	72,9
ENGENHEIRO BELTRAO	71,2
ESPERANCA NOVA	78,4
ENTRE RIOS DO OESTE	77,6
ESPIGAO ALTO DO IGUACU	76,9
FAROL	79,0
FAXINAL	75,3
FAZENDA RIO GRANDE	87,0
FENIX	89,3
FERNANDES PINHEIRO	81,5
FIGUEIRA	89,8
FLORAI	87,4
FLOR DA SERRA DO SUL	86,1
FLORESTA	88,1
FLORESTOPOLIS	85,4
FLORIDA	92,4
FORMOSA DO OESTE	89,8
FOZ DO IGUACU	88,3
FRANCISCO ALVES	90,5
FRANCISCO BELTRAO	89,8
FOZ DO JORDAO	92,3
GENERAL CARNEIRO	76,5
GODOY MOREIRA	89,2
GOIOERE	88,3
GOIOXIM	88,2
GRANDES RIOS	79,5
GUAIRA	58,9

GUAIRACA	88,5
GUAMIRANGA	82,0
GUAPIRAMA	89,6
GUAPOREMA	89,2
GUARACI	78,6
GUARANIACU	88,8
GUARAPUAVA	65,2
GUARAQUECABA	86,5
GUARATUBA	84,6
HONORIO SERPA	85,1
IBAITI	85,4
IBEMA	89,2
IBIPORA	89,9
ICARAIMA	60,5
IGUARACU	90,6
IGUATU	86,6
IMBAU	90,6
IMBITUVA	87,1
INACIO MARTINS	89,3
INAJA	89,2
INDIANOPOLIS	89,1
IPIRANGA	86,0
IPORA	91,9
IRACEMA DO OESTE	81,9
IRATI	87,6
IRETAMA	79,2
ITAGUAJE	71,8
ITAIPULANDIA	75,5
ITAMBARACA	77,3
ITAMBE	82,0
ITAPEJARA D OESTE	73,4
ITAPERUCU	24,5
ITAUNA DO SUL	76,7
IVAI	80,1
IVAIPORA	72,9
IVATE	77,9
IVATUBA	76,4
JABOTI	80,6
JACAREZINHO	76,2
JAGUAPITA	77,8
JAGUARIAIVA	68,4
JANDAIA DO SUL	77,4
JANIOPOLIS	75,2
JAPIRA	70,9

JAPURA	75,9
JARDIM ALEGRE	73,6
JARDIM OLINDA	78,6
JATAIZINHO	67,9
JESUITAS	78,2
JOAQUIM TAVORA	13,7
JUNDIAI DO SUL	79,5
JURANDA	77,5
JUSSARA	76,9
KALORE	79,6
LAPA	81,0
LARANJAL	80,5
LARANJEIRAS DO SUL	73,6
LEOPOLIS	71,5
LIDIANOPOLIS	78,3
LINDOESTE	77,5
LOANDA	75,5
LOBATO	79,3
LONDRINA	71,0
LUIZIANA	74,9
LUNARDELLI	73,1
LUPIONOPOLIS	79,7
MALLET	76,2
MAMBORE	76,1
MANDAGUACU	78,7
MANDAGUARI	80,2
MANDIRITUBA	76,1
MANFRINOPOLIS	81,2
MANGUEIRINHA	80,1
MANOEL RIBAS	78,8
MARECHAL CANDIDO RONDON	77,6
MARIA HELENA	78,7
MARIALVA	78,5
MARILANDIA DO SUL	74,8
MARILENA	79,0
MARILUZ	82,2
MARINGA	70,2
MARIOPOLIS	76,4
MARIPA	80,1
MARMELEIRO	78,8
MARQUINHO	76,1
MARUMBI	80,5
MATELANDIA	79,2
MATINHOS	81,4

MATO RICO	76,3
MAUA DA SERRA	76,4
MEDIANEIRA	75,7
MERCEDES	79,1
MIRADOR	76,9
MIRASELVA	75,6
MISSAL	77,9
MOREIRA SALES	72,9
MORRETES	77,3
MUNHOZ DE MELO	75,7
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	80,6
NOVA ALIANCA DO IVAI	77,6
NOVA AMERICA DA COLINA	77,7
NOVA AURORA	73,1
NOVA CANTU	78,6
NOVA ESPERANCA	77,8
NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	77,7
NOVA FATIMA	79,5
NOVA LARANJEIRAS	77,9
NOVA LONDRINA	77,5
NOVA OLIMPIA	75,4
NOVA SANTA BARBARA	77,7
NOVA SANTA ROSA	76,8
NOVA PRATA DO IGUACU	75,7
NOVA TEBAS	78,6
NOVO ITACOLOMI	34,4
ORTIGUEIRA	79,7
OURIZONA	69,1
OURO VERDE DO OESTE	71,6
PAICANDU	76,6
PALMAS	70,3
PALMEIRA	77,6
PALMITAL	82,3
PALOTINA	68,4
PARAISO DO NORTE	77,5
PARANACITY	76,5
PARANAGUA	80,9
PARANAPOEMA	77,4
PARANAVAI	85,8
PATO BRAGADO	88,3
PATO BRANCO	72,4
PAULA FREITAS	88,3
PAULO FRONTIN	88,0
PEABIRU	93,4

PEROBAL	71,1
PEROLA	92,0
PEROLA D OESTE	69,3
PIEN	84,2
PINHAIS	79,9
PINHALAO	89,1
PINHAL DE SAO BENTO	87,0
PINHAO	89,7
PIRAI DO SUL	90,2
PIRAQUARA	89,7
PITANGA	90,5
PITANGUEIRAS	88,3
PLANALTINA DO PARANA	81,7
PLANALTO	86,0
PONTA GROSSA	65,2
PONTAL DO PARANA	88,0
PORECATU	91,2
PORTO AMAZONAS	88,5
PORTO BARREIRO	83,0
PORTO RICO	90,0
PORTO VITORIA	88,9
PRADO FERREIRA	83,6
PRANCHITA	73,3
PRESID. CASTELO BRANCO	88,6
PRIMEIRO DE MAIO	88,8
PRUDENTOPOLIS	27,7
QUARTO CENTENARIO	86,1
QUATIGUA	88,1
QUATRO BARRAS	91,5
QUATRO PONTES	90,5
QUEDAS DO IGUACU	90,0
QUERENCIA DO NORTE	88,4
QUINTA DO SOL	86,8
QUITANDINHA	89,7
RAMILANDIA	73,2
RANCHO ALEGRE	76,8
RANCHO ALEGRE D OESTE	90,5
REALEZA	90,5
REBOUCAS	82,9
RENASCENCA	73,7
RESERVA	75,7
RESERVA DO IGUACU	78,9
RIBEIRAO CLARO	74,5
RIBEIRAO DO PINHAL	77,2

RIO AZUL	76,2
RIO BOM	78,6
RIO BONITO DO IGUACU	81,9
RIO BRANCO DO IVAI	71,5
RIO BRANCO DO SUL	77,1
RIO NEGRO	81,0
ROLANDIA	75,6
RONCADOR	75,6
RONDON	70,8
ROSARIO DO IVAI	69,8
SABAUDIA	73,9
SALGADO FILHO	74,5
SALTO DO ITARARE	77,3
SALTO DO LONTRA	78,6
SANTA AMELIA	74,0
SANTA CECILIA DO PAVAO	74,5
STA CRUZ DE MONTE CASTELO	79,3
SANTA FE	74,8
SANTA HELENA	72,7
SANTA INES	76,7
SANTA ISABEL DO IVAI	73,4
SANTA IZABEL DO OESTE	78,7
SANTA LUCIA	76,5
SANTA MARIA DO OESTE	77,9
SANTA MARIANA	64,2
SANTA MONICA	69,3
SANTANA DO ITARARE	74,9
SANTA TEREZA DO OESTE	79,1
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	71,8
SANTO ANTONIO DA PLATINA	79,1
SANTO ANTONIO DO CAIUA	77,9
SANTO ANTONIO DO PARAISO	70,4
STO ANTONIO DO SUDOESTE	77,0
SANTO INACIO	79,5
SAO CARLOS DO IVAI	77,6
SAO JERONIMO DA SERRA	81,0
SAO JOAO	76,3
SAO JOAO DO CAIUA	77,8
SAO JOAO DO IVAI	74,4
SAO JOAO DO TRIUNFO	73,4
SAO JORGE D OESTE	73,2
SAO JORGE DO IVAI	80,9
SAO JORGE DO PATROCINIO	68,2
SAO JOSE DA BOA VISTA	77,8

SAO JOSE DAS PALMEIRAS	75,3
SAO JOSE DOS PINHAIS	75,5
SAO MANOEL DO PARANA	80,9
SAO MATEUS DO SUL	81,2
SAO MIGUEL DO IGUACU	74,1
SAO PEDRO DO IGUACU	77,3
SAO PEDRO DO IVAI	77,8
SAO PEDRO DO PARANA	76,5
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	76,5
SAO TOME	79,1
SAPOPEMA	79,5
SARANDI	72,2
SAUDADE DO IGUACU	70,7
SENGES	69,2
SERRANOPOLIS DO IGUACU	78,0
SERTANEJA	78,7
SERTANOPOLIS	79,7
SIQUEIRA CAMPOS	82,0
SULINA	74,8
TAMARANA	66,3
TAMBOARA	76,2
TAPEJARA	79,1
TAPIRA	76,8
TEIXEIRA SOARES	76,1
TELEMACO BORBA	79,9
TERRA BOA	79,1
TERRA RICA	73,5
TERRA ROXA	79,2
TIBAGI	73,7
TIJUCAS DO SUL	79,1
TOLEDO	79,1
TOMAZINA	76,0
TRES BARRAS DO PARANA	77,2
TUNAS DO PARANA	76,2
TUNEIRAS DO OESTE	77,3
TUPASSI	73,6
TURVO	81,5
UBIRATA	82,4
UMUARAMA	75,9
UNIAO DA VITORIA	63,3
UNIFLOR	73,6
URAI	80,0
WENCESLAU BRAZ	77,6
VENTANIA	77,0

VERA CRUZ DO OESTE	70,4
VERE	71,7
ALTO PARAISO	78,9
DOCTOR ULYSSES	77,7
VIRMOND	77,5
VITORINO	76,8
XAMBRE	75,6

Anexo 2- Previsão de percentual de informalidade dos municípios do Estado de Pernambuco (em %).

ABREU E LIMA	89,0
AFOGADOS DA INGAZEIRA	90,4
AFRANIO	82,1
AGRESTINA	88,8
AGUA PRETA	87,4
AGUAS BELAS	91,3
ALAGOINHA	91,1
ALIANCA	88,9
ALTINHO	87,4
AMARAJI	91,5
ANGELIM	91,6
ARACOIABA	87,5
ARARIPINA	89,9
ARCOVERDE	90,2
BARRA DE GUABIRABA	85,7
BARREIROS	83,7
BELEM DE MARIA	89,8
BELEM DE SAO FRANCISCO	81,4
BELO JARDIM	91,4
BETANIA	86,3
BEZERROS	89,0
BODOCO	90,9
BOM CONSELHO	86,5
BOM JARDIM	68,4
BONITO	85,2
BREJAO	83,5
BREJINHO	85,7
BREJO DA MADRE DE DEUS	85,0
BUENOS AIRES	91,0
BUIQUE	88,7
CABO DE SANTO AGOSTINHO	82,6
CABROBO	84,3
CACHOEIRINHA	91,2

CAETES	91,4
CALCADO	85,2
CALUMBI	92,0
CAMARAGIBE	87,8
CAMOCIM DE SAO FELIX	88,3
CAMUTANGA	89,4
CANHOTINHO	84,8
CAPOEIRAS	69,5
CARNAIBA	88,9
CARNAUBEIRA DA PENHA	85,9
CARPINA	87,0
CARUARU	85,9
CASINHAS	88,3
CATENDE	79,7
CEDRO	77,0
CHA DE ALEGRIA	80,0
CHA GRANDE	79,2
CONDADO	78,0
CORRENTES	79,5
CORTES	76,9
CUMARU	76,3
CUPIRA	77,5
CUSTODIA	80,2
DORMENTES	73,4
ESCADA	78,3
EXU	69,1
FEIRA NOVA	75,4
FERREIROS	76,9
FLORES	79,8
FLORESTA	73,6
FREI MIGUELINHO	79,0
GAMELEIRA	72,7
GARANHUNS	76,0
GLORIA DO GOITA	69,9
GOIANA	78,0
GRANITO	81,5
GRAVATA	73,4
IATI	79,9
IBIMIRIM	82,1
IBIRAJUBA	78,7
IGARASSU	77,2
IGUARACI	78,2
INAJA	66,2
INGAZEIRA	77,4

IPOJUCA	76,9
IPUBI	78,0
ITACURUBA	78,2
ITAIBA	71,7
ITAMARACA	76,4
ITAMBE	80,2
ITAPETIM	77,5
ITAPISSUMA	66,1
ITAQUITINGA	76,6
JABOATAO DOS GUARARAPES	72,6
JAQUEIRA	68,9
JATAUBA	71,0
JATOBA	79,4
JOAO ALFREDO	79,4
JOAQUIM NABUCO	77,2
JUCATI	72,5
JUPI	76,9
JUREMA	71,0
LAGOA DO CARRO	77,2
LAGOA DO ITAENGA	80,3
LAGOA DO OURO	78,3
LAGOA DOS GATOS	77,1
LAGOA GRANDE	79,2
LAJEDO	79,1
LIMOEIRO	78,4
MACAPARANA	66,8
MACHADOS	76,1
MANARI	77,3
MARAIAL	72,6
MIRANDIBA	79,3
MORENO	77,1
NAZARE DA MATA	75,6
OLINDA	69,1
OROBO	77,3
OROCO	78,3
OURICURI	78,6
PALMARES	70,1
PALMEIRINA	78,5
PANELAS	79,4
PARANATAMA	78,7
PARNAMIRIM	77,3
PASSIRA	76,3
PAUDALHO	78,2
PAULISTA	72,3

PEDRA	79,5
PESQUEIRA	80,0
PETROLANDIA	77,0
PETROLINA	78,3
POCAO	80,3
POMBOS	79,8
PRIMAVERA	74,2
QUIPAPA	79,4
QUIXABA	78,9
RECIFE	77,1
RIACHO DAS ALMAS	81,1
RIBEIRAO	75,2
RIO FORMOSO	78,1
SAIRE	77,6
SALGADINHO	76,1
SALGUEIRO	77,8
SALOA	79,1
SANHARO	76,0
SANTA CRUZ	73,7
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	77,1
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	74,2
SANTA FILOMENA	77,3
SANTA MARIA DA BOA VISTA	78,1
SANTA MARIA DO CAMBUCA	67,0
SANTA TEREZINHA	67,5
SAO BENEDITO DO SUL	90,5
SAO BENTO DO UNA	86,6
SAO CAITANO	90,4
SAO JOAO	86,4
SAO JOAQUIM DO MONTE	90,4
SAO JOSE DA COROA GRANDE	84,3
SAO JOSE DO BELMONTE	88,1
SAO JOSE DO EGITO	86,0
SAO LOURENCO DA MATA	86,1
SAO VICENTE FERRER	90,5
SERRA TALHADA	91,4
SERRITA	84,7
SERTANIA	87,1
SIRINHAEM	64,6
MOREILANDIA	89,3
SOLIDAO	85,5
SURUBIM	84,2
TABIRA	90,0
TACAIMBO	90,1

TACARATU	90,6
TAMANDARE	88,6
TAQUARITINGA DO NORTE	87,2
TEREZINHA	91,9
TERRA NOVA	89,5
TIMBAUBA	72,7
TORITAMA	90,9
TRACUNHAEM	89,0
TRINDADE	82,5
TRIUNFO	89,0
TUPANATINGA	89,9
TUPARETAMA	86,6
VENTUROSA	82,9
VERDEJANTE	90,3
VERTENTE DO LERIO	82,3
VERTENTES	86,0
VICENCIA	90,7
VITORIA DE SANTO ANTAO	89,8
XEXEU	86,8